



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

VITÓRIA/ES, 11 E 12 DE JUNHO DE 2024

1. ABERTURA

A 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 11 e 12 de junho de 2024, de forma mista (presencial e videoconferência), sendo realizada no Auditório da FINDES (ARENA FABIO BRASILEIRO) no estado do Espírito Santo, localizada na Avenida Nossa Senhora da Penha, 2053 - Edifício Findes, Bairro Santa Lúcia - Vitória (ES).

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos e passou a palavra ao superintendente Sr. Robson Luiz Martins Barbosa, o qual cumprimentou a todos e destacou a importância da equipe do Ministério da Pesca e Agricultura. Ele agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância deste fórum para debater e buscar diretrizes de interesse comum, bem como enfatizou o reconhecimento nacional do Espírito Santo na pesca oceânica, mencionando espécies como Atum, Meca, Dourado, Badejo, Garoupa vermelha e Camarão, e destacou a importância do debate para tornar a pesca mais eficiente e agradeceu ao presidente do Sindpesca, Sr. Luiz Gonzaga, pelo apoio na realização do evento.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz pediu respeito ao tempo de fala de dois minutos, com exceções previamente informadas. Orientou que para o momento da fala, as instituições presentes deveriam levantar a placa localizada a sua frente e para os membros com participação virtual, levantar a mão no aplicativo *Microsoft Teams*. Ademais, orientou os participantes virtuais para assinatura da lista de presença disponibilizada no *chat* do aplicativo, além de manter o microfone fechado quando não estiver falando e permanecer com a câmera aberta. Em seguida, apresentou a composição da mesa, incluindo a coordenação, a Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins, a equipe de apoio, os representantes da Secretaria de Registro, Monitoramento e Pesquisa, e o coordenador científico do GTC Atuns e Afins, Sr. Paulo Travasso. Nesse momento,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

questionou a Secretaria Executiva sobre o quórum para o prosseguimento da reunião, com sinal positivo, declarou formalmente aberta a 4ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

Em prosseguimento, o Coordenador solicitou a apresentação dos membros, seguindo a ordem da Portaria MPA nº 83, de 1 de junho de 2023, de designação dos membros do CPG Atuns e Afins, e dos convidados pelas instituições.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, destacou que alguns membros solicitaram a alteração de representantes e informou que a Portaria MPA nº 83, de 1 de junho de 2023, será atualizada em breve. Também pediu às entidades que reenviem os nomes dos representantes para a publicação da Portaria de 2024.

Em seguida, Sr. Rivetla fez a chamada dos participantes da 4ª Reunião do CPG Atuns e Afins.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 4ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato híbrido (presencial e por videoconferência):

- Coordenação CPG Atuns e Afins

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Jocemar Tomasino Mendonça (Titular)

Senhora Elielma Ribeiro Borcem (Convidada)

Senhora Thoya Yoshikawa (Convidado)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Roberto Galucci (Convidado)

- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**

Ausente

- **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**

Ausente

- **Ministério de portos e aeroportos**

Ausente

- **Estado Maior da Armada Marinha do Brasil (EMA/MB)**

Ausente

- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Senhora Cláudia Ramos Zagaglia (Titular)

Senhor Igor de Brito (Convidado)

Senhor José Vicente (Convidado)

- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

Senhor João Almeida de Camargo (Suplente)

- **Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SAPE/RN)**

Ausente

- **Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA/CE)**

Senhor Luiz Vieira de França Neto (Suplente)

- **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES)**

Senhor Antônio Carlos Cavalcanti de Souza(Convidado)-membro titular!

- **Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ-SC)**



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Fabiano Muller Silva (Convidado)

- **Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)**

Senhor Jairo Gund (Titular)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

- **Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)**

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- **Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)**

Ausente

- **Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)**

Ausente

- **Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

Senhor Jonathan Moraes (Suplente)

- **Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA):**

Senhor Jorge Luiz Marques de Souza (Convidado)

- **Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)**

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- **Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)**

Senhor Jorge Machado da Silva (Titular)

- **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RS)**

Ausente

- **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)**

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

- **Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará - (SINDIFRIO-CE)**



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ausente

- **Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)**

Presente

- **Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS):**

Senhor Alexandre Carinha Novo (Titular)

- **Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)**

Ausente

- **Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)**

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

Senhor José Kowalsky (Convidado)

Senhora Gizelle Perão (Convidada)

Sr. Wilson Santos

- **Associação de Pescadores e Armadores da Pesca do Distrito de Itaipava Espírito Santo (APEDI) - Instituição Convidada**

Senhor Ulysses Raposo (Convidado)

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BET	Albacora Bandolim
BTC	Banco Técnico-Científico
CPG	Comitê Permanente de Gestão
CPCs	Partes Contratantes
FUNBio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

GTC	Grupo Técnico-Científico
GUO	Grandes Unidades Oceânicas
ICCAT	Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SCRS	Comitê Científico da ICCAT
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
TAC	Total de Captura Permitida
TASK	Tarefa
TR	Termos de Referência
VU	Vulnerável

3. APROVAÇÃO DA AGENDA

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz apresentou a Agenda Provisória dos 2 (dois) dias de reunião e informou que a Agenda para a 4ª Sessão Ordinária do CPG Atuns e Afins havia sido encaminhada previamente para apreciação e inclusão de pauta, por parte dos membros. Em seguida, sugeriu uma inversão nos itens 9 e 11 devido a disponibilidade de horário de um membro do IBAMA. Continuando, perguntou aos membros se haviam sugestões de alteração de pauta e se todos aprovavam a agenda proposta.

4. APROVAÇÃO DA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Após aprovação da agenda, o Coordenador encaminhou para a aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, destacando que a maioria das alterações feitas na referida ata foram anônimas e solicitando que os membros façam login ao modificar o documento para identificação, por parte da Coordenação, de quem realizou as alterações.

5. DEVOLUTIVA DAS RECOMENDAÇÕES DA 3ª REUNIÕES ORDINÁRIAS

Dando seguimento a reunião o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, apresentou o quadro com atualização do andamento das recomendações da 3ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, apresentou as recomendações e abriu a palavra aos membros para comentários. Ele passou a palavra para a Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) que comentou sobre a recomendação de instituir um Grupo de Trabalho para discutir embarcações inscritas na Marinha do Brasil e não inscritas no RGP. A Sra. Cláudia (IBAMA) destacou que o IBAMA havia destacado, em vários fóruns de discussão, que as medidas de ordenamento são para as 27.000 embarcações inscritas no RGP, porém, o número de embarcações inscritas na Marinha é de 144.000. Ela explicou que o IBAMA já começou a notificar os proprietários dessas embarcações e que um projeto piloto com o Terceiro Distrito Naval foi iniciado para localizar e apreender essas embarcações. Ela enfatizou a importância de identificar e controlar essas embarcações ilegais que operam sem autorização de pesca, concorrendo deslealmente com os pescadores legalizados, e que o trabalho está em andamento, apesar de não ter sido instituído oficialmente.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu a fala da Sra. Cláudia e ressaltou que, apesar de não haver um grupo formalmente instituído entre IBAMA e a Marinha do Brasil, as partes já estão se articulando e trabalhando de forma colaborativa. Em seguida, convidou o Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) a se manifestar.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA), mencionou que algumas recomendações, especialmente as de número 7, 8, 9 e 12, são muito importantes para o setor de pesca. O Sr. Jairo (ABIPESCA) destacou a necessidade de mais informações sobre os dados do PesqBrasil – Mapa de Bordo, pois a visualização das cotas de captura para 2024 não estava clara no site.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra ao Sr. Rodrigo Hazin (SINDPESCA RN), que fez um comentário em relação às observações da Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA), destacando a importância da iniciativa mencionada. Ele reconheceu os desafios significativos associados à regularização de embarcações na região, enfatizando a oportunidade de diálogo com a Marinha para abordar a contínua construção de embarcações não regulamentadas, especialmente no Nordeste. O Sr. Rodrigo Hazin (SINDPESCA RN) levantou a questão sobre as regulamentações brasileiras para licenciamento de embarcações pela Marinha, sugerindo que seria oportuno explorar possíveis medidas para corrigir erros do passado e prevenir o aumento de problemas futuros.

A Sra. Claudia Ramos Zagaglia (IBAMA), em resposta ao Sr. Rodrigo Hazin, agradeceu e esclareceu que foi solicitado à Marinha um esclarecimento sobre a exigência da Permissão Prévia de Pesca (PPP) antes da inscrição das embarcações na Marinha. A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) também mencionou uma alteração recente na NORMAM, que agora exige essa Permissão Prévia de Pesca. Essa medida, conforme ressaltado, visa regularizar e controlar a construção desenfreada de embarcações, especialmente na região Nordeste, e será aplicada rigorosamente, até que a regularização seja efetivada.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra para a Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e da Aquicultura (SERMOP), que complementou a fala da Sra. Claudia (IBAMA), destacando a necessidade de apoio de todos os membros nos fóruns para divulgar o processo correto de Permissão Prévia de Pesca de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

embarcações de pesca e enfatizando que o procedimento deve iniciar com uma anuência do Ministério da Pesca e Aquicultura antes de qualquer trâmite junto à Marinha do Brasil.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu a fala e pediu a atenção dos membros para que utilizem o momento das inscrições abertas para fazer intervenções. Ressaltou que as inscrições já estavam encerradas e solicitou que as intervenções fossem feitas no momento adequado para cumprir a agenda do CPG, que é bastante carregada.

O Sr. Jorge solicitou a palavra, seguido pela Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) e o Sr. Joemar Tomasino Mendonça (MPA), mas o coordenador ressaltou a necessidade de cumprir a agenda planejada.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para Sr. Antônio Carlos (Convidado), que reiterou o que a Sra. Cláudia (IBAMA) mencionou sobre a Marinha não estar cumprindo a exigência de apresentar o RGP da embarcação para renovação. Ele destacou que essa exigência está em vigor e que a falta de fiscalização nos estaleiros está dificultando o cumprimento das normas. Ele sugeriu uma fiscalização mais rigorosa nos estaleiros para assegurar que a PPP seja obtida antes do início da construção das embarcações.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) parabenizou o IBAMA pela iniciativa e ressaltou a importância do trabalho realizado, registrando seu apoio.

A palavra foi então passada ao Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA) que parabenizou inicialmente o IBAMA pela iniciativa. O Sr. Jorge destacou que a construção de embarcações ao longo do litoral e rios brasileiros não implica necessariamente que estas sejam destinadas exclusivamente à pesca, pois existem diversas modalidades de atividades, incluindo pesca amadora, esportiva e outras.

O Sr. Jorge (FNTTAA) chamou a atenção para a necessidade de uma distinção clara entre os diferentes tipos de pesca e embarcações. Ele salientou que a responsabilidade do IBAMA é focar na fiscalização das embarcações nos portos, ressaltando que muitos barcos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

não são de pesca comercial, mas podem prestar serviços diversos. Ele criticou a percepção de que todas as embarcações registradas na Marinha são para pesca, enfatizando a importância de monitoramento e rastreamento adequado para diferenciar as atividades. Segundo o Sr. Jorge, a fiscalização deveria ser mais eficiente e direcionada, especialmente nas entradas e saídas dos portos, para identificar e controlar melhor as embarcações envolvidas em atividades pesqueiras.

O Sr. Jorge também comentou sobre a necessidade de uma fiscalização integrada entre IBAMA, Marinha e Ministério do Trabalho, reiterando que essa questão já vem sendo discutida há muitos anos sem uma solução efetiva. Ele mencionou que a situação dos pescadores piorou ao longo do tempo, perdendo dignidade e respeito.

6. ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS EM 2024

Passando para próxima pauta, o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz informou sobre o próximo item da pauta, referente aos atos normativos publicados em 2024.

Até o momento, foi publicada a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 10, de 26 de março de 2024, que estabelece, para o ano de 2024, o limite de captura das espécies albacora-branca (*Thunnus alalunga*), albacora-bandolim (*Thunnus obesus*), espadarte (*Xiphias gladius*) e tubarão-azul (*Prionace glauca*) no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e nas águas internacionais, para embarcações de pesca brasileiras.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, mencionou que havia a expectativa de trazer para reunião a publicação da norma sobre controle e monitoramento das cotas da albacora-bandolim. Embora tenha havido avanços significativos na Reunião Ordinária de dezembro de 2023, com a minuta já elaborada e revisada pela Conjur do MPA, ainda restam alguns pontos a serem acordados entre MPA e MMA. Ele destacou a necessidade urgente de publicação dessa Portaria para evitar os erros do ano anterior, quando a portaria foi



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

publicada tardiamente, em setembro, após os limites de captura de uma das modalidades já terem alcançado 93%.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, fez um apelo em nome do fórum para que a portaria seja publicada o quanto antes, prevenindo os problemas enfrentados no ano passado. A palavra foi então passada para o ICMbio.

A Sra. Mônica Brick (ICMBio) fez uma sugestão relacionada à publicação da Portaria com o valor da cota de captura. Ela propôs que seja explicitado se o valor mencionado se refere ao peso inteiro ou peso eviscerado, para evitar confusões, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com a terminologia da ICCAT, onde o padrão é o peso inteiro. Em seguida, a Sra. Mônica fez uma pergunta ao coordenador, indagando se será discutido algo relacionado à cota para o espadarte e para a albacora-branca, mencionando que, embora as capturas de albacora-branca estejam bem abaixo do seu limite de captura, ela gostaria de saber se o assunto seria abordado na reunião.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz respondeu que não seria discutida na reunião, pois não está na agenda proposta. Em relação ao peso e informou que a anotação foi feita. Em seguida, ele passou a palavra ao CONEPE e, logo após, ao SINDIPESCA-RN.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) expressou sua preocupação com a falta de clareza e informações sobre a publicação das cotas no Diário Oficial, especialmente considerando que já estamos em meados de junho. Ressaltou a frustração devido à ausência de informações concretas, o que deixa todos "pisando em ovos," sem saber ao certo qual será o cenário futuro. Destacou que essa incerteza é particularmente alarmante, pois estamos no segundo ano consecutivo sem conseguir antecipar a publicação das cotas. O Sr. Cadu Villaça lembrou um comentário feito na reunião de dezembro, enfatizando a necessidade de criar uma fórmula fixa para essas decisões, evitando revisitações e rediscussões anuais. Finalizou criticando o processo burocrático.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) reforçou as preocupações expressas pelo Sr. Cadu Villaça. Destacou a seriedade da situação, considerando que já estamos no meio do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ano sem a publicação das medidas necessárias. Essa falta de clareza e ação deixa todos em uma posição de incerteza, especialmente preocupante para o setor pesqueiro.

O Sr. Rodrigo Hazin mencionou que o painel responsável por apresentar os dados de captura ainda não apresentou informações, destacando um decréscimo significativo na produção tanto na pesca de cardume quanto na pesca de espinhel durante o primeiro semestre.

7. SUGESTÕES DE PAUTAS RECEBIDAS

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu e registrou em ata as preocupações e comentários levantados.

O coordenador explicou que este ponto da agenda trata das sugestões de temas a serem discutidos nas reuniões ordinárias, enviadas pelos membros após o chamamento da reunião. Em seguida, apresentou a lista de solicitações feita pela ABIPESCA, CONEPE e SINDIPI. O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz fez a leitura das propostas.

8. INFORMES SOBRE AS INICIATIVAS DO MONITORAMENTO DE DESEMBARQUE E DE OBSERVADOR DE BORDO 2424

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para a Sra. Elielma Borcem (SERMOP). A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) iniciou sua apresentação relativa as estratégias para o ano de 2024 e salientou que o Sr. Paulo Travassos apresentaria de forma mais detalhada o projeto.

Finalizada a apresentação o coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz reforçou a mensagem do ofício enviado pelo Ministro, destacando a dificuldade de se ter observadores de bordo na frota de cardume associado. Ressaltou que, apesar do desejo de todos em pescar, há a necessidade de cumprir com dispositivos que exigem a presença de observadores de bordo.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz mencionou o projeto do professor Paulo Travassos, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente, que não conseguiu embarcar observadores de bordo. O coordenador enfatizou que todos os atores envolvidos na pesca de cardume associado têm responsabilidade nesse processo e que é necessário aumentar a participação e embarques de observadores nessa frota. Destacou que o ofício do Ministro foi um alerta sobre a importância de cooperação para avançar na gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Em seguida, passou a palavra para o Sr. Paulo Travassos para continuar a apresentação Sobre o Programa de Monitoramento da Pesca de Atuns e Afins.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu ao professor Paulo pela contribuição e seguiu com a pauta, mencionando o Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Piúma e convidou o professor Vitor Hugo para falar brevemente sobre o TED e suas principais diretrizes. O coordenador explicou que o professor, Sr. Vitor Hugo apresentaria de forma sucinta os objetivos e a trajetória do TED, ressaltando que na próxima reunião do CPG Atuns e afins, será feita uma apresentação mais detalhada do TED do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Piúma.

O professor Sr. Vitor Hugo destacou a relevância do projeto IFES e ressaltou a conexão entre ambos os projetos, que abordam três principais eixos: observadores de bordo, produtos da indústria pesqueira e análise da cadeia de valor da pesca oceânica no Espírito Santo. O Sr. Vitor Hugo enfatizou a importância da pesca para o estado, seu impacto nacional e a necessidade de apoio, especialmente em questões de regularização cadastral para pescadores.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz abriu a palavra para a plenária.

A palavra foi passada ao Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN), que perguntou a Sra. Elielma Borcem se o percentual de 61% mencionado em abril se refere a todas as atividades de pesca e se todos já estão obrigados a apresentar Mapa de Bordo, também perguntou se



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

há esse percentual discriminado por modalidade e quis saber especificamente quem, do setor de atuns e afins, está entregando o Mapa de Bordo e por modalidade de pesca

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) respondeu que a equipe estava finalizando o levantamento de dados e que poderia abrir um espaço à tarde para apresentar os dados discriminados por modalidade.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) complementou que o sistema possui um painel de controle e que, no final da página, essas informações estão disponíveis. Comentou que acessaram essa informação anteriormente e identificaram um valor muito equivocada, que está sendo ajustado. Reiterou que o painel estará disponível, e que, ao acessar a página do Mapa de Bordo digital, é possível encontrar um painel onde as informações estarão acessíveis.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) perguntou à Sra. Elielma Borcem (SERMOP), considerando que já passaram 6 (seis) meses, ainda temos 40% das embarcações que não estão entregando os Mapas de Bordo, o que o MPA tem feito em relação a essas embarcações que não cumprem essa obrigação. Mencionou que, nos últimos dois a três anos, têm discutido os mesmos problemas e erros repetitivos. O Sr. Rodrigo Hazin questionou se haverá suspensão da atividade de pesca por 60 dias, conforme previsto nos atos normativos, para as embarcações que não entregam o Mapa de Bordo.

O Sr. Rodrigo Hazin também perguntou sobre a adesão ao programa de Observador de Bordo, uma vez que há resistência em receber os observadores a bordo. Indagou quais ações concretas o MPA e o IBAMA planejam tomar para assegurar o cumprimento dessas obrigações legais. Em relação ao programa de Observador de Bordo, perguntou ao Prof. Paulo Travasso se há previsão de monitoramento dos problemas crescentes que não estão previstos em lei, mas que têm sido relatados frequentemente. Destacou a necessidade de normatização ou autuação para essas questões.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) respondeu ao Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN), agradecendo pelas considerações e expressou compreensão pelo desabafo e desgaste em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

relação aos pontos específicos levantados. Ressaltou que o governo tem sensibilidade para tratar do processo, mas enfatizou a necessidade de analisar todos os aspectos antes de aplicar punições referentes à entrega do Mapa de Bordo. Explicou que há dois pontos a serem observados: se os Mapas de Bordo estão dentro do prazo de entrega e questões relacionadas à transferência de propriedade, que podem estar impedindo a entrega dos dados. Afirmou que, após essa avaliação, será possível executar as sanções previstas na normativa, e que isso se repetirá em 2024. Quanto aos observadores de bordo, mencionou que, embora esteja definido na norma um percentual de 5%, não há especificação clara sobre quais embarcações devem aceitar os observadores. Isso dificulta a aplicação de penalidades.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) também destacou que está em discussão uma proposta para definir mais claramente na normativa quais embarcações devem aceitar observadores de bordo, permitindo assim a aplicação de sanções. Afirmou que o Secretário sugeriu um caminho mais definido e que a equipe está buscando uma forma de deixar essa exigência mais clara na normativa, para facilitar a aplicação de punições.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para o Sr. Paulo Travassos.

O Sr. Paulo Travassos antes de responder à pergunta do Sr. Rodrigo, esclareceu que participa das reuniões da ICCAT há 25 anos, e durante esse período, tem cobrado do setor produtivo a entrega do Mapa de Bordo e a cessão de vagas para observadores de bordo. Ele enfatizou que sem esse monitoramento, é difícil para o Brasil ter uma presença forte nas reuniões da ICCAT e defender os interesses do setor produtivo brasileiro. Ainda, destacou que, se o setor produtivo não permitir o monitoramento pesqueiro, será impossível defender os interesses do Brasil na ICCAT, pois a base da informação que alimenta os modelos de captura é frágil e deficiente, e é essencial que todos remem juntos nessa questão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sobre a pergunta do Sr. Rodrigo referente ao dispositivo agregador de peixes lançado pela frota nacional, o Sr. Paulo Travassos afirmou desconhecer essa atividade. Ele explicou que o uso de FAD está proibido pela normativa que criou a modalidade de Cardume Associado, logo, a pesca em torno de boias oceanográficas, que agregam vida marinha, está proibida, e há regulamentações específicas sobre ancoragem e pesca ao redor dessas boias. Ressaltou que, se essa atividade está ocorrendo, é necessário monitoramento, e um problema crítico é o embarque de observadores nessa frota. Para este tipo de pescarias, a ICCAT menciona que é ideal ter uma cobertura de 10% de observadores em barcos de pequena escala, mas o Brasil pode reduzir para 5% se houver um monitoramento alternativo, como por vídeo, o que ainda não foi implementado.

Portanto, Prof. Paulo Travassos afirmou que atualmente, a obrigatoriedade é de 10% de cobertura de observadores na frota de Atuns tropicais. O uso de FAD na pesca de cerco por países da União Europeia, como França e Espanha, é muito combatido porque captura indivíduos jovens, prejudicando a biomassa das espécies. Assim, o Brasil precisa evitar práticas ilegais para não sofrer críticas internacionais.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz propôs uma mudança na agenda para acomodar as intervenções planejadas sobre a apresentação da Sra. Elielma Borcem (SERMOP). Portanto, sugeriu adiar a apresentação do IBAMA sobre o NDF do tubarão para as 14:00, para garantir que as 10 intervenções previstas pudessem ser concluídas antes disso. Isso permitiria que a apresentação do Mako ocorresse por volta das 11:45h como próximo tópico na agenda, antes de retomar o NDF do tubarão azul à tarde. Essa mudança foi proposta devido à necessidade do Sr. Daniel de se ausentar ao meio-dia, evitando uma apresentação rápida sem discussão substancial. O Coordenador solicitou a concordância dos participantes com essa alteração.

Não havendo objeção o Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para Sra. Luana (SINDIPI).



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Luana (SINDIPI) iniciou sua intervenção indagando sobre os 40% de falta de entrega dos Mapas de Bordo. Ela questionou se esses mapas correspondem a mapas de pesca ou de deslocamento, destacando que há uma menor adesão do setor quando se trata de Mapas de Bordo de deslocamento. Também perguntou se há uma triagem feita para verificar se esses mapas estão relacionados a produção ou captura.

Em resposta a Sra. Elielma Borcem (SERMOP) destacou que a métrica utilizada para identificação de um Cruzeiro de pesca, são aqueles que possuem viagens superior a 5 horas contínuas.

A Sra. Luana (SINDIPI) observou que é provável que os 40% de falta de entrega de Mapas de Bordo incluam Cruzeiros de deslocamento, que não envolvem produção ou captura. Ela sugeriu que uma filtragem mais precisa poderia ajudar a entender melhor essa questão, diferenciando entre Mapas de Bordo de Pesca e de deslocamento.

A Sra. Elielma comprometeu-se a responder sobre os Mapas de Bordo antes da apresentação da planilha na parte da tarde.

A Luana (SINDIPI) também perguntou sobre os observadores de bordo, especificamente sobre como os 10% são calculados em viagens de pesca no caso do Cardume Associado, e quantas embarcações seriam necessárias para atingir essa cobertura.

O Sr. Paulo Travassos respondeu que a base considerada são as autorizações de pesca oficialmente vigentes, totalizando 250 no Brasil inteiro, sendo 50 no Sul e Sudeste, e 200 no Norte e Nordeste. Destacou a necessidade de um rodízio entre as embarcações, para evitar que o monitoramento se torne viciado, já que alguns armadores reclamaram de terem cedido seus barcos no ano anterior. Ele reforçou que um rodízio adequado é essencial para evitar que o esforço de monitoramento se concentre apenas em poucos armadores e embarcações, o que comprometeria a qualidade das informações registradas.

A Sra. Luana (SINDIPI) questionou se havia uma previsão de quantas viagens precisariam ser monitoradas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Paulo Travassos respondeu que foi feita uma estimativa para chegar ao número de 30 observadores no Brasil inteiro, considerando a média de viagens de pesca de todas as modalidades. Explicou que isso é necessário para cumprir as exigências da ICCAT: 10% para Espinhel, 100% para a pesca de Cerco (facilitada pelo fato de haver apenas três barcos operando), 10% para Vara e Isca Viva, e 5% na pesca de Cardume Associado, desde que o Brasil apresente uma metodologia de monitoramento. Adicionalmente, mencionou que não tinha o número exato de cruzeiros de pesca de cabeça, mas poderia fornecer essa informação posteriormente, caso necessário.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra para o ICMBio.

Com a palavra, a Sra. Mônica Brick (ICMBIO) ressaltou que o ICMBio, com quatro servidores temporários em Natal, se oferece para ajudar no levantamento de monitoramento de desembarque, enquanto o programa de pesquisa não iniciar. A Sra. Mônica mencionou que precisam de treinamento para essas quatro pessoas e de tempo para comprar o material necessário, mas afirmou que o ICMBio tem condições de adquirir os materiais e precisa apenas dos formulários e protocolos adequados.

Ainda, a Sra Mônica (ICMBIO) sugeriu discutir um programa de monitoramento eletrônico, destacando a necessidade de definir protocolos e envolver o setor, e o ICMBio tem experiência com monitoramento eletrônico, tendo realizado algumas viagens desde julho de 2022 e acumulado aprendizado significativo. Assim, propôs criar um grupo para discutir a implementação de monitoramento eletrônico, destacando que o Brasil já registrou um piloto na ICCAT e deve apresentar resultados em reuniões futuras. Destacou que acredita que o Brasil tem o potencial de avançar nessa área, especialmente se contar com a colaboração do setor pesqueiro. Nesse sentido, enfatizou a importância de um monitoramento por câmeras, especialmente para coleta de dados de captura e manuseio de espécies a bordo, e sugeriu que, embora o observador de bordo seja importante, as câmeras podem ser uma alternativa viável para certas funções. Concluiu propondo que se



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

inicie a discussão sobre protocolos mínimos e se avance na implementação do monitoramento eletrônico para não ficar para trás.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu à Sra. Mônica Brick (ICMBio) e registrou formalmente o oferecimento de apoio do ICMBio a ajudar no monitoramento de desembarque, e tomou nota da sugestão sobre iniciar um programa de monitoramento eletrônico. Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz passou a palavra ao Sr. Giovanni (SINDIPI).

O Sr. Giovanni (ABIPESCA) corroborou com o tema abordado pelo Sr. Paulo Travassos e expressou tristeza sobre a falta de embarques com observadores, destacando a importância da transparência no uso de recursos públicos e na divulgação dos dados de pesca. Mencionou que, durante sua gestão no SINDIPI, houve mais de 140 embarques com observadores através de convênios com o Ministério da Pesca e ressaltou a necessidade de maior interação entre os órgãos governamentais e o setor pesqueiro para melhorar o monitoramento e a coleta de dados.

O Sr. Giovanni (ABIPESCA) também destacou a importância dos mapas de produção, criticando a suspensão desses mapas pelo Ministério da Pesca e apontando que dados valiosos estão sendo perdidos. Logo, sugeriu que as indústrias e armadores continuem enviando esses dados para garantir uma melhor transparência e precisão na coleta de informações. Além disso, Giovanni enfatizou a relevância do monitoramento eletrônico, mencionando que a implementação de câmeras a bordo poderia contribuir significativamente para o monitoramento da pesca. E destacou a importância de uma parceria entre o ICMBio e o setor pesqueiro para avançar nesse sentido.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu ao Sr. Giovanni (SINDIPI) por suas contribuições e comentários e ressaltou a importância das questões levantadas, especialmente em relação aos mapas de produção.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz então passou a palavra à Sra. Elielma Borcem (SERMOP) para comentar especificamente sobre a questão dos mapas de produção,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

conforme mencionado pelo Sr. Giovanni (SINDIPI), destacando a necessidade de focar nos pontos mais importantes para cumprir a agenda da reunião.

A Sra. Elielma (SERMOP) agradeceu ao Sr. Giovanni (ABIPESCA) por suas considerações e comentou que, de fato, a discussão sobre os mapas de bordo e de produção é pertinente. Ela explicou que, conforme a normativa atual, o mapa de produção é um documento destinado às empresas (pessoas jurídicas) e não aos armadores individuais. Isso foi estabelecido para evitar duplicidade de dados, uma vez que os armadores já submetem os Mapas de Bordo. Destacou que, se os armadores fossem obrigados a entregar o mapa de produção, isso representaria mais um documento auto declaratório, semelhante ao Mapa de Bordo. Afirmou que a visão do Sr. Giovanni sobre a precisão dos dados pode ser discutida, mas ressaltou que atualmente as indústrias reportam a produção por espécie e indicam de qual embarcação os peixes foram trazidos. A equipe de avaliação realiza um batimento desses dados para garantir sua precisão. Concluindo, a Sra. Elielma (SERMOP) concordou com as palavras do Sr. Giovanni e ressaltou a importância de continuar essa discussão para melhorar os processos de monitoramento e transparência no setor pesqueiro.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) concordou com as palavras do Sr. Giovanni (ABIPESCA), ressaltando a importância de ter um mapa de produção das empresas que processam o pescado. Ele explicou que, no passado, quando o monitoramento era feito por programas de observadores, havia uma maior entrega de dados pelos armadores. Enfatizou que o mapa de produção entregue pelas empresas é crucial, pois nem todas as embarcações entregam o mapa de bordo, mas as empresas conseguem fornecer um dado completo somando a produção de toda a frota. O Sr. Paulo questionou a atual situação, indicando que os mapas de produção das empresas não estão sendo mais recebidos, apenas da indústria, e pediu esclarecimentos sobre essa mudança.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) agradeceu e esclareceu a questão levantada pelo Sr. Giovanni (SINDIPI). Ela confirmou que, pelo que entendeu, o Sr. Giovanni (ABIPESCA) sugere que os armadores entreguem tanto o mapa de produção quanto o mapa de bordo. Ela perguntou diretamente ao Sr. Giovanni se essa era a sua proposta e ele confirmou.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Assim, a Sra. Elielma explicou que as empresas continuam entregando os mapas de produção, mas levantou a questão de que o que não está incluído na produção da empresa deveria estar no Mapa de Bordo. Explanou a diferença entre a estimativa do Mapa de Bordo e os dados efetivos reportados pelas empresas, indicando que não havia entendido completamente onde estava a diferença ou problema destacado pelo Sr. Giovanni.

O Sr. Giovanni (ABIPESCA) contribuiu para esclarecer a importância do mapa de produção, afirmando que, embora seja obrigatório relatar todos os peixes no mapa de bordo, o problema persiste na entrega desses relatórios. Enfatizou que o mapa de produção é essencial porque, ao final de cada desembarque, proporciona um relatório completo de todas as capturas, incluindo aquelas que não foram relatadas individualmente no mapa de bordo. Isso garante uma visão mais precisa e completa da produção, mesmo quando ocorrem variações entre a estimativa inicial e os pesos reais das capturas.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz concluiu que a sugestão do Giovanni é introduzir o mapa de produção para os armadores, ficando Mapa de Bordo, o mapa de produção para o armador e o mapa de produção para a indústria. Em seguida, passou a palavra para Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN).

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) destacou a prática histórica no Rio Grande do Norte, onde os armadores sempre entregavam o mapa de produção. Explicou que esse documento foi criado para controlar as cotas de pesca, permitindo que o Ministério da Pesca monitorasse a produção de espécies como Albacora Branca e Albacora Bandolim. O Sr. Rodrigo enfatizou que, tradicionalmente, era responsabilidade dos armadores fornecerem essas informações mensalmente, conforme previsto nas normativas. Desta forma, levantou a questão de como seria monitorada a produção mensal dos barcos que não descarregam na indústria, citando exemplos do Ceará e São Paulo. Por fim, questionou se houve alguma mudança nessa responsabilidade, pois entende que é uma obrigação dos armadores e não das indústrias.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz expressou a necessidade de discutir e esclarecer a responsabilidade pelo mapa de produção. Ele destacou que a obrigação é da Indústria de fornecerem o mapa de produção.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) interveio, afirmando que essa responsabilidade sempre foi dos armadores individualmente, não das indústrias, e que essa prática é seguida pelos pescadores que descarregam diretamente na indústria.

O Coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz concluiu que este é um ponto crucial a ser debatido.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) enfatizou as dificuldades de comunicação entre o governo e o setor primário, especialmente no contexto das operações costeiras. Destacou a importância de diálogos mais diretos e francos para superar esses desafios e mencionou uma recente visita ao Ceará, onde foi possível discutir e articular monitoramentos e projetos de forma mais eficaz. Portanto, ressaltou a necessidade de interação pessoal para garantir uma melhor compreensão e implementação das políticas, especialmente entre os envolvidos no setor pesqueiro e para definir como proceder com o mapa de produção.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) destacou a importância de reuniões como a realizada recentemente no Ceará, onde houve uma interação direta e produtiva entre representantes do governo e do setor pesqueiro. Reiterou a necessidade de estender esses encontros para outras regiões pesqueiras importantes, como Espírito Santo, Itajaí, Rio Grande e Recife, mesmo que de forma virtual, se presencialmente não for viável. Pois houveram avanços significativos na compreensão mútua entre o setor produtivo e as autoridades, especialmente no que diz respeito ao monitoramento e à gestão pesqueira.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, registrou a presença do SINPESCA - PA. Continuando o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra para a Sra. Gizelle Perão (SINDIPI).



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Gizelle Perão (SINDIPI) destacou a importância da presença governamental no setor pesqueiro para garantir a sustentabilidade da pesca e enfatizou a necessidade de conscientização dos pescadores sobre a importância dos dados e da colaboração com as iniciativas de monitoramento. A Sra. Gizelle (SINDIPI) mencionou os desafios enfrentados na região sul e propôs melhorias, sugerindo que observadores se desloquem antecipadamente para as embarcações, garantindo condições adequadas e apoio logístico para não comprometer as saídas.

Com a palavra Sr. Bel (QUALIPESC) expressou seus agradecimentos aos presentes na mesa e destacou a importância da reunião solicitada desde o ano anterior, em Natal, pelo professor Paulo Travassos. E informou que já disponibilizaram a primeira embarcação para iniciar o trabalho discutido anteriormente, garantindo que isso não afete negativamente as atividades do Cardume Associado. Ressaltou a necessidade de critérios claros para efetivar a participação das embarcações e contribuir com dados para o Ministério. Além disso, enfatizou a importância de incentivos financeiros para o monitoramento remoto, dada a natureza extrativista da pesca. A QUALIPESC concluiu a intervenção agradecendo a presença de todos e destacando o compromisso de trabalhar em prol da sustentabilidade na cadeia de produção pesqueira.

O Sr. Igor de Brito (IBAMA) iniciou sua intervenção destacando a importância do cumprimento das obrigações regulatórias no setor pesqueiro, enfatizando que incentivar o cumprimento é fundamental para não prejudicar aqueles que seguem as regras. Assim, solicitou maior clareza do MPA sobre as providências tomadas em relação aos descumprimentos, como a não entrega do mapa de bordo, sugerindo sanções claras, incluindo multas e, em casos extremos, o cancelamento da permissão.

O Sr. Igor Brito (IBAMA) apoiou a integração dos diversos documentos (mapa de produção, mapa de bordo) em um único sistema de controle de origem da produção, promovendo transparência e legitimidade internacionalmente. Logo, propôs a criação de comprovantes para registro de informações, visando facilitar a fiscalização e garantir a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, fortalecendo assim a segurança e verificação das informações prestadas pelo setor pesqueiro.

A Sra. Eielma Borcem (SERMOP) questionou o Sr. Igor Brito do IBAMA sobre a eficácia do acesso atual aos documentos.

Em resposta ao Sr. Igor de Brito (IBAMA) respondeu que o acesso ajuda, mas enfatizou a importância de documentar de forma segura, possivelmente com um código que garanta legitimidade. Ele mencionou a necessidade de proporcionar segurança tanto para os administrados quanto para os agentes que não têm acesso imediato às informações, comparando com desafios passados na confirmação de procedimentos como a declaração de estoque.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) destacou a necessidade de revisar o número e a distribuição dos observadores a bordo das embarcações, conforme estabelecido pelas diretrizes do ICCAT, calculando aproximadamente 260 a 270 viagens por ano que requerem observadores. Portanto, questionou se os 30 observadores propostos seriam suficientes para garantir a cobertura nacional conforme exigido pelas normas. Além disso, Sr. Wilson abordou a preocupação sobre as exigências para a pesca de juvenis, levantando a questão da aplicação de métodos seletivos similares aos usados no cerco para a pesca de cardumes.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) informou que o número atual de 30 observadores contratados está abaixo do necessário para cumprir integralmente as exigências de cobertura nacional estabelecidas pela ICCAT, devido às limitações financeiras. Também mencionou a complexidade financeira envolvida, incluindo custos com pessoal e equipamentos, que são distribuídos ao longo de três anos. Ainda, ressaltou a importância do monitoramento para evitar capturas não desejadas, especialmente de juvenis, e explicou a proibição do uso de FADs devido ao potencial impacto na captura de peixes juvenis e na capacidade de gestão das cotas de pesca.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) sugeriu que, considerando as dificuldades do programa em cumprir as exigências do ICCAT, seria viável antecipar e reduzir a exigência de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

5% para 2% para a pesca de Cardume Associado, ajustando o número de observadores de acordo com a frota de cardume ou de isca viva, que são mais sustentáveis.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) destacou que a pesca de vara e isca viva é ecologicamente sustentável, mas ressaltou a preocupação com a captura de indivíduos jovens de espécies como o Bonito Listrado, que está sob escrutínio da ICCAT. Ele concordou com a sugestão de Wilson Santos de reduzir a exigência de observadores de 5% para 2% para a pesca de cardume, mas alertou que isso poderia impactar o cumprimento das obrigações da ICCAT, dado o limite financeiro de 30 observadores disponíveis. Complementou afirmando que a pesca com vara e isca viva é altamente sustentável ecologicamente, sendo responsável por capturar principalmente Bonito Listrado de forma direcionada. Em contrapartida, a pesca de Cardume Associado enfrenta desafios, como a captura de indivíduos jovens, o que tem chamado a atenção da ICCAT.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra ao Sr. Jorge Machado da Silva (FNTTAA).

O Sr. Jorge Machado (FNTTAA) expressou sua preocupação com a falta de inclusão e transparência para os trabalhadores da pesca. Ele enfatizou que os pescadores estão sendo marginalizados nas discussões e decisões que afetam diretamente suas vidas e sustento. O Sr. Jorge destacou a necessidade de mais diálogo direto com os trabalhadores e mestres das embarcações, criticando a falta de clareza e o impacto negativo das políticas atuais sobre a classe trabalhadora da pesca.

Então, o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra ao Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) para apresentar o item 10 sobre a recomendação ICCAT 22-11, que aborda o tubarão-anequim (Mako).

9. APRESENTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO ICCAT 22-11 MAKO

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) iniciou a apresentação sobre a recomendação ICCAT 22-11.



10. DÚVIDAS E DISCUSSÕES

Posterior a apresentação, o Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, abriu para perguntas e sugestões.

Com a palavra, o Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) parabenizou o professor Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) pela apresentação, mas expressou sua discordância em vários pontos. Ele destacou que a reunião deste Comitê deveria focar na aplicação de normas da ICCAT. Logo, criticou o modelo de gestão que inclui cotas pré-determinadas e limitou o esforço de captura do tubarão-anequim, e mencionou que a recomendação da ICCAT 22-11 foi tratada no Brasil, mas até o momento não houve resposta ao setor pesqueiro, que propôs uma norma assinada por 67 sindicatos. Ainda, apontou que o CONABIO e o Ministério do Meio Ambiente atropelaram o processo do comitê. Afirmou que como possível medida para a conservação poderia ser adotado um afastamento mínimo de 250 metros da costa para evitar a captura de espécies juvenis. Além disso, citou vídeos e relatos de pescadores que mostram capturas de tubarões-anequim com anzóis na boca e criticou a sugestão de retirar anzóis de tubarões, considerando-a irrealista.

O Sr. Giovani (ABIPESCA) enfatizou a necessidade de um plano de gestão que contemple o uso de câmeras na área de desembarque e a proteção de áreas de berçário. Ao final, expressou frustração pela falta de resposta do GTC e do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, afirmando que a situação prejudica os pescadores brasileiros e desperdiça recursos pesqueiros.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, direcionou a palavra ao Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) que destacou que o GTC está totalmente alinhado com a metodologia da ICCAT, enfatizando a robustez das avaliações de estoque realizadas pela ICCAT em comparação com os métodos utilizados pelo MMA e mencionou a oposição do GTC a algumas decisões tomadas pelo MMA. Concordou que há plenas condições para um bom monitoramento, embora ainda não estejam plenamente implementadas. E destacou a importância socioeconômica de manter o limite de possibilidade de retenção, mencionando



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que outros países continuarão pescando Tubarão Mako no Atlântico Sul, independentemente das ações do Brasil.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) ressaltou que seu papel como cientista é limitado e que sua apresentação se baseava nas recomendações da ICCAT. Afirmou que a pesca de algumas espécies está atualmente proibida pelo MMA, e que é necessário que os dois ministérios discutam a possibilidade de permissão contanto que haja um plano de ação de manejo efetivo e controle. E reafirmou que o GTC está sempre à disposição para avaliar qualquer demanda do CPG, mantendo uma posição clara e consistente.

Reforçou a fala do Giovanni (ABIPESCA), parabenizando-o, e destacou a preocupação com a cota ICCAT desde 2022, quando a portaria de paralisação da pesca do atum foi antecipada. E argumentou que proibir a pesca é injusto com os pescadores, que enfrentam despesas elevadas e precisam jogar fora um recurso valioso. Destacou a dificuldade enfrentada pelos pescadores devido à burocracia e às proibições, ressaltando que o preço do peixe não cobre as despesas crescentes. Argumentou que o Brasil acata as normas da ICCAT, enquanto outros países não seguem as mesmas restrições, prejudicando os pescadores brasileiros.

A APAI PESCA pediu apoio para os pescadores, mencionou a perda de um pescador recentemente, e reiterou sua posição contrária à paralisação da captura do tubarão-anequim. Além disso, lamentou a situação atual e expressou o desejo de que a pesca seja permitida dentro das cotas para ajudar a pagar as despesas.

A APEDI saudou a todos e agradeceu a reunião no Espírito Santo, destacando a importância do tema. Mencionou a importância de câmeras de monitoramento para a pesca do anequim, ressaltando que a pesca do Atum e do anequim ocorre em diferentes áreas, e que há uma falta de compreensão sobre a pesca real. Além disso, elogiou o Dr. Paulo Travassos por esclarecer que há muito peixe para pescar e que a cota da ICCAT permite isso, criticando a incoerência e a falsa alegação de que o anequim está em extinção. Ainda,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

expressou preocupação com a imposição de regras sem ouvir os pescadores e pediu que a posição dos cientistas seja considerada.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) ressaltou a importância das discussões sobre monitoramento, mencionando a necessidade de melhorar o trabalho com mapas de bordo, observadores de bordo e desembarque. E destacou que o Brasil ainda está longe de um monitoramento adequado, especialmente em relação aos principais recursos como o Atum e o Anequim. Nesse sentido, chamou a atenção para a questão do Anequim, um recurso que recentemente se tornou secundário em termos de produção, mas que agora está em foco. O Sr. Gallucci enfatizou que a ICCAT levantou uma bandeira de atenção sobre o Anequim, com critérios científicos que mostram que sua população está em situação preocupante.

Assim, o Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou que a ICCAT estabelece recomendações mandatórias, mas os países podem adotar medidas mais restritivas. O Sr. Gallucci ressaltou a necessidade de avançar com melhor medidas de monitoramento e gestão pesqueira para reverter a inclusão de espécies na lista de ameaçadas. No momento, o Anequim não permite o nível de exploração anterior, e a captura, retenção a bordo, desembarque e comercialização estão proibidos até que haja uma recuperação populacional. Concluiu afirmando a necessidade de uma melhor gestão pesqueira como um todo.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) reforçou que a ICCAT está, na verdade, cada vez mais restringindo a pesca do tubarão-mako devido aos sérios riscos enfrentados pela espécie. Ele esclareceu que a ICCAT não permite a pesca livremente, mas exige medidas de conservação. Lembrou que a cota é apenas uma das medidas definidas pela ICCAT, que também inclui a coleta de dados. Sem atender a essas exigências, o Brasil não pode pescar. Ele discordou da afirmação de que as medidas impostas são em vão, defendendo que a coleta de dados e o embarque de observadores devem ser realizados mesmo com a proibição atual. Ainda, destacou que a inclusão de uma espécie na lista de proibidas não é definitiva. Com um plano



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de recuperação e cumprimento das medidas, incluindo a coleta de dados e o embarque de observadores, é possível propor a retomada da pesca no futuro.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) ressaltou que as decisões sobre proibições de pesca são tomadas pelo CONABIO, não pelo CPG. E recomendou que as discussões no CPG sejam direcionadas de forma prática e efetiva, evitando debates improdutivos, e enfatizou a necessidade de buscar ações efetivas.

A Sra. Luana (SINDIPI) lembrou que, na primeira reunião ordinária, foi decidido enviar um documento ao ICMBio, pedindo que considerassem as avaliações da ICCAT. Ela questionou se houve retorno, mencionando que pesquisadores do Sindicato e da SAP/MAPA (à época) participaram da validação da espécie, mas não houve tempo para compilar todos os dados na primeira reunião de 2022.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, afirmou que todas as avaliações da ICCAT foram levadas em consideração, inclusive a participação dos pesquisadores. Ele mencionou que a recomendação pode ser reiterada e registrada em ata, solicitando novamente informações sobre a recomendação de 2022.

Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) destacou a dificuldade mencionada por Paulo Travassos em realizar o monitoramento e coleta de dados das capturas, o que compromete a reputação do Brasil na ICCAT. Enfatizou que, se já é difícil controlar uma cota de mais de 5000 toneladas de Albacora Bandolim, seria ainda mais desafiador controlar uma cota de 260 toneladas. A Sra. Claudia (IBAMA) mencionou que a pesca dos Agulhões foi fechada inicialmente devido à falta de capacidade de monitoramento e controle, antes mesmo de entrarem na lista de espécies ameaçadas. Portanto, sugeriu que se deve melhorar o monitoramento das espécies mais críticas, como a Albacora e o Espadarte, antes de avançar para outras espécies.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) destacou a importância das recomendações do CPG e a necessidade de formalizar um ofício a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, pedindo que considerem as avaliações da ICCAT nos recursos transoceânicos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Mencionou que a ICCAT liberou cotas para espécies como o Agulhão Negro e Branco, mas o ICMBio ainda não permitiu a pesca, resultando em desperdício de peixe. E alertou que, se continuar assim, mais espécies serão proibidas, prejudicando o setor pesqueiro. O Sr. Giovani enfatizou que a responsabilidade pela gestão é do governo federal e defendeu a transparência nos dados de pesca. Concluiu destacando a necessidade de o setor pesqueiro agir com transparência e responsabilidade.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) destacou a falta de diálogo entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério da Pesca e Aquicultura como um problema central na gestão pesqueira. Ele mencionou que diferentes metodologias científicas resultam em abordagens conflitantes sobre a captura permitida. Além disso, ressaltou a necessidade de monitoramento eficiente das pescas, apontando que, sem isso, as discussões não avançarão. Além disso, criticou a proibição de capturas sem avaliação posterior e defendeu a colaboração entre os ministérios para resolver esses problemas e melhorar a gestão pesqueira no Brasil.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, encerrou o período da manhã, com retorno das discussões às 14:30.

PERÍODO VESPERTINO

11. CITES - INFORMAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DO NDF DO TUBARÃO-AZUL

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, iniciou a sessão da tarde, retomando a reunião e introduzindo a apresentação do Sr. Daniel Santos (IBAMA) sobre a elaboração do NDF do Tubarão Azul. Ele agradeceu a disponibilidade do Sr. Daniel (IBAMA) e informou que ele teria um máximo de 20 minutos para realizar sua apresentação.

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) cumprimentou a todos e todas e iniciou sua apresentação sobre a elaboração da NDF do Tubarão Azul e procedimentos para a emissão de licenças para o tubarão azul, destacando a necessidade de certificado pré-convenção para peixes capturados antes de 25 de novembro; os requerimentos para



importação/exportação, incluindo documentação específica; os desafios na identificação de espécies e verificação da origem; a falta de dados estatísticos robustos e monitoramento da cadeia produtiva; as dificuldades na elaboração dos NDFs devido à sobrecarga e falta de recursos humanos especializados; bem como a importância de mais informações e monitoramento para maior segurança técnica e jurídica.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, destacou que a apresentação cobriu as recomendações 8 e 9 da reunião anterior, relacionadas ao tubarão azul e aos procedimentos da Portaria IBAMA nº 26, de 2023, e abriu a plenária para perguntas.

12. DÚVIDAS E DISCUSÕES

Com a palavra o Sr. Giovanni (ABIPESCA) parabenizou o Sr. Daniel Santos (IBAMA) pela apresentação e ressaltou que em 2019 o setor conseguiu um certificado pré-convenção CITES, embora posteriormente tenha enfrentado desafios com as exportações de pescado legalmente capturado, devido a negativas de NDF. Ele enfatizou a importância de garantir que o Brasil esteja cumprindo as quotas da ICCAT, e levantou preocupações sobre o tempo necessário para a emissão de NDF para exportação, comparando os 18 meses para exportação com os 10 dias para importação. O Sr. Giovanni (ABIPESCA) mencionou que o Brasil teve dificuldade em se preparar para as exigências da CITES, apesar do prazo de um ano concedido para adaptação e criticou a contratação da empresa RR Barreto, ligada a uma ONG, para realizar as recomendações ao IBAMA, expressando preocupação com a seriedade do processo.

O Sr. Giovanni (ABIPESCA) destacou a complexidade e seriedade do cumprimento das normas, mencionando o trabalho rigoroso das empresas no fornecimento de documentação adequada. E pediu esclarecimentos sobre a reunião interna do IBAMA prevista para o mês, solicitando transparência sobre a segurança jurídica para o setor pesqueiro. Finalizou enfatizando a necessidade de clareza nas decisões sobre os NDF para evitar prejuízos ao setor.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) esclareceu que, enquanto não for publicado no Diário Oficial, as análises estão sendo feitas caso a caso. O setor responsável está recebendo os requerimentos de exportação e encaminhando-os para as autoridades científicas, que avaliam se a carga não é prejudicial à espécie. Explicou que a análise e a emissão das licenças de exportação são realizadas por um setor separado e ressaltou que estão seguindo as diretrizes da Portaria IBAMA nº 26, de 2023.

O Sr. Giovanni (ABIPESCA) pediu permissão para esclarecer alguns pontos importantes para todos. Iniciou relatando que as embarcações com autorização de pesca pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e fiscalizadas pelo IBAMA enfrentam o risco de ter seus produtos não exportados, mesmo seguindo todas as normas. E argumentou que as embarcações que cumprem os requisitos devem ter a permissão para descarregar como proposto. O Sr. Giovanni (ABIPESCA) mencionou que foi um dos proponentes da norma que exige que o IBAMA seja informado 48 horas antes da pescaria, destacando a seriedade do setor, e explicou que a norma propõe um controle rigoroso, com desembarques em estabelecimentos com SIF e informando o Ministério da Pesca, IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente com três dias de antecedência. Questionou a validade de produtos serem negados para exportação mesmo após seguir todas as normas e cumprir a cota determinada pela ICCAT. Ainda, reforçou a importância de atualizar e aprovar uma norma rígida e eficaz que assegure que aqueles que cumprem as regras possam operar sem impedimentos. Assim, Giovanni propôs uma análise da norma apresentada em dezembro e a aprovação de uma nova norma na próxima semana para garantir a segurança jurídica e o cumprimento das regras do setor.

A Sra. Laís (ABIPESCA) começou perguntando sobre o prazo final para a entrega do estudo de consultoria, mencionado como 28 de novembro, e questionou se já existe um plano de trabalho para iniciar a elaboração do NDF assim que o estudo for recebido. Laís destacou que, como o Sr. Daniel (IBAMA) mencionou, o processo de elaboração do NDF é laborioso e perguntou quanto tempo levará para finalizá-lo e se há um prazo definido para a publicação desse documento. Também perguntou sobre as análises caso a caso que estão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sendo feitas na ausência do NDF. E questionou se o parecer técnico que orienta essas análises é um documento interno já elaborado ou se é feito caso a caso. A Sra. Laís solicitou a possibilidade de acesso a esse documento, via SIC, caso ele já exista. Por fim, a Sra. Laís ressaltou a importância de considerar que a cota definida pela ICCAT não é um número arbitrário, mas fundamentado em um estudo de avaliação de estoque, logo que esse aspecto seja considerado na elaboração do NDF para evitar travar internamente algo que foi viabilizado por um acordo internacional, meramente por falta de informação, critério ou incerteza científica. A Sra. Laís solicitou uma resposta sobre o plano para a elaboração do NDF.

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) esclareceu que a elaboração do NDF é conduzida pelas autoridades científicas do IBAMA, especificamente pelo Coordenação-Geral de Gestão e Monitoramento do Uso da Fauna e da Biodiversidade Aquática (CGFau). Mencionou que esse processo é realizado em conjunto com o ICMBio, outra autoridade científica da CITES. O Sr. Daniel informou que não possui uma data exata para a finalização do NDF, mas que poderá confirmar posteriormente com a autoridade científica responsável. Sobre o parecer técnico, ele explicou que não existe um documento padrão previamente elaborado. As análises são feitas caso a caso, com os requerimentos de exportação sendo encaminhados à autoridade científica para avaliação. O parecer técnico é elaborado especificamente para cada caso, determinando se a carga é prejudicial à espécie. Também destacou que a cota da ICCAT será considerada na elaboração do NDF, assim como as documentações estabelecidas pela portaria do MMA com o MPA, que também definiu uma cota de pesca no Brasil.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, esclareceu que o MPA e o MMA apenas internalizaram as recomendações da ICCAT através de uma portaria nacional, baseada no que foi discutido e recomendado no fórum da ICCAT em novembro do ano anterior. Ele enfatiza que não foi uma criação interna, mas sim a adoção das diretrizes estabelecidas internacionalmente pela ICCAT.

O Sr. Jocemar Tomasino Mendonça (MPA) parabeniza pela explicação anteriormente dada, destacando a didática da apresentação. Ressaltando que o governo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

atual está focado em questões técnicas e científicas, além da participação da sociedade, aspectos fundamentais para suas decisões, assim, questiona como a participação da sociedade é considerada nas avaliações em curso, especialmente em relação a possíveis proibições ou limitações que possam surgir. Portanto, pergunta se o processo de elaboração do NDF é discutido além dos círculos científicos ou se isso ocorre exclusivamente nesse contexto.

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) menciona que não existe uma metodologia específica, mas sim um guia que define quais informações devem ser incluídas no NDF. Ele destaca que o documento aborda dinâmica populacional, medidas de controle e diversos aspectos relacionados ao comércio legalizado e ilegal. Também menciona que o processo envolve cálculos baseados nas informações coletadas, além de uma matriz que avalia impactos positivos e negativos, juntamente com recomendações. O Sr. Daniel expressa desconhecimento sobre como a autoridade científica está gerenciando a participação da sociedade nesse processo e menciona que especialistas das Universidades e órgãos relacionados foram convocados para colaborar na elaboração do NDF, especialmente para o tubarão azul. O Sr. Daniel ressalta que houve consultoria para coletar os dados necessários e que agora está em fase de compilação para a elaboração do documento final.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) mencionou que entende que o Sr. Daniel Santos (IBAMA) atua como autoridade administrativa responsável pela questão da exportação e pela elaboração do NDF, incluindo pareceres científicos. Ele ressaltou as preocupações sobre problemas na importação enfrentados por algumas empresas filiadas, relatando dificuldades com a autoridade taiwanesa no envio de documentos como licenças, certificados e outros. O Sr. Cadu também destacou que houve uma nota técnica inicialmente não aceita pelo IBAMA, mas que aparentemente houve uma reconsideração posterior, possivelmente influenciada por orientações do Itamaraty.

Em resposta, o Sr. Daniel Santos (IBAMA) respondeu que a abordagem adotada foi necessária para assegurar a conformidade com as normas internacionais de conservação. Ele explicou que, diante da falta inicial de NDF por parte de países como Taiwan e África do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sul, medidas foram tomadas para garantir que as exportações não prejudicassem as espécies. Após esforços de comunicação e intervenção do Itamaraty, Taiwan apresentou o NDF exigido, resultando na normalização dos processos de exportação. O Sr. Daniel destacou que a decisão de indeferir temporariamente os requerimentos sem NDF foi uma ação coordenada entre os países signatários da convenção.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) perguntou se procede a informação sobre algumas importações que precisaram ser rerepresentadas com nova documentação devido a orientações recebidas. Ele mencionou que, após essa adequação, houve uma análise mais rápida e eficiente, evitando a necessidade de retorno dos contêineres.

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) explicou que os requerimentos anteriores foram indeferidos, levando à necessidade de apresentar novos requerimentos com a documentação revisada. Mencionou que Taiwan enviou a documentação atualizada, confirmando que estava em conformidade e, por isso, o processo agora envolve enviar um novo requerimento através do sistema adequado.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, perguntou ao CONEPE sobre a questão do não aceite do NDF por Taiwan e solicitou esclarecimentos sobre a existência do NDF mencionado por Daniel Santos (IBAMA) e a situação atual da cota de exportação para Taiwan

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) respondeu que sim.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) questionou a ausência de participação dos pesquisadores durante a reunião e expressou preocupação com a imposição de normas pelo IBAMA sem consulta adequada ao setor. O Sr. Ulysses destacou a necessidade de respeito e inclusão dos envolvidos no processo decisório, especialmente no desenvolvimento de políticas que afetam diretamente o setor pesqueiro.

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) respondeu esclarecendo que o IBAMA atua como autoridade administrativa no contexto da Convenção CITES, enquanto a autoridade



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

científica inclui o IBAMA em colaboração com o ICMBio para relatórios científicos. Desta forma, enfatizou que o processo de elaboração do NDF envolveu convites públicos para consultores, professores e pesquisadores, embora não tenha havido candidaturas em duas prorrogações do edital. O Sr. Daniel mencionou também a realização de workshops e discussões com diversas entidades, incluindo o MPA, para garantir a participação de diferentes setores no processo de elaboração do documento.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) solicitou que o Daniel levasse em consideração as preocupações apresentadas, reforçando a necessidade de colaboração entre o setor pesqueiro e o IBAMA para construir uma pesca sustentável. Destacou a importância de um diálogo aberto e compartilhado sobre as leis e ações que impactam o setor, pedindo que os representantes presentes compartilhassem feedbacks e colaborassem na elaboração de políticas e planos, evitando imposições unilaterais que possam prejudicar os pescadores. O Sr. Ulysses enfatizou a importância de sentar juntos para resolver os problemas e buscar soluções conjuntas.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) agradeceu ao Sr. Daniel (IBAMA) pela apresentação e expressou suas dúvidas em relação à distinção entre autoridade administrativa e autoridade científica. O Sr. Jairo enfatizou a preocupação com a falta de clareza nas regras relacionadas ao NDF, solicitou acesso aos pareceres que norteiam as decisões da autoridade científica, enfatizando a importância dessas informações para orientar as atividades do setor pesqueiro. Além disso, o Sr. Jairo registrou sua preocupação com mudanças repentinas nas regras durante o processo de importação, afirmando que tais alterações têm impactado negativamente as empresas do setor. Também questionou sobre a data de publicação da portaria referente ao Tubarão Azul e mencionou dificuldades operacionais enfrentadas pelo setor em relação aos procedimentos de certificação e atendimento pelo Comex do IBAMA.

O Sr. Daniel Santos (IBAMA) respondeu que o IBAMA enfrenta desafios significativos com apenas nove servidores para lidar com todas as questões relacionadas à exportação e importação de biodiversidade, incluindo peixes ornamentais, madeira, tubarões, fauna e flora. Logo, destacou a escassez de recursos humanos como um problema



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

central, mas indicou que há previsão para um novo concurso que poderá melhorar a situação. Em relação à distinção entre autoridade administrativa e autoridade científica, o Sr. Daniel enfatizou que são análises complementares realizadas por setores distintos. Explicou que a autoridade administrativa avalia a documentação e emite pareceres, enquanto a autoridade científica fornece insights adicionais sobre a sustentabilidade das operações. E ressaltou a importância de um trabalho conjunto para garantir decisões adequadas e mencionou a iniciativa recente com Taiwan como exemplo de cooperação internacional para cumprir com as obrigações da Convenção. O Sr. Daniel também comentou sobre a transição para a emissão digital de licenças, reconhecendo os desafios técnicos e operacionais envolvidos nesse processo, mas reafirmando o compromisso em melhorar a eficiência administrativa.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, agradeceu ao Sr. Daniel (IBAMA) e abordou a questão levantada pela ABIPESCA sobre a publicação da norma de ordenamento do tubarão azul, destacando que esse é o item 13 da agenda do dia. Mencionou que estão em processo de trabalho para consolidar propostas e que, após isso, MPA e MMA se reunirão para fornecer uma resposta sobre os próximos passos para a publicação da norma. No próximo ponto da reunião, será discutido como proceder com o ato de ordenamento, e então, passou a palavra ao Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN).

Com a palavra, o Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) abordou a questão da cota e estoque definidos pelo ICCAT para o tubarão azul, destacando a rigidez das regras de controle e monitoramento da pesca, processamento e exportação. Propôs incluir essas regulamentações no contexto da normativa em discussão, enfatizando a importância de clareza e objetividade nas diretrizes. O Sr. Rodrigo sugeriu utilizar o comitê científico existente, elogiado internacionalmente, que já atende aos dois Ministérios envolvidos, para garantir segurança jurídica e eficiência regulatória. E questionou a complexidade do processo atual e a necessidade de envolver terceiros desconhecidos na tomada de decisões, defendendo a utilização dos recursos científicos disponíveis no comitê para orientar as políticas de manejo sustentável.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo, agradeceu e comentou que a questão levantada pelo Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN), sobre a possível revisão do Decreto da CITES de 2000, é pertinente. Ele ressaltou que, considerando o cenário atual e a ausência de gestão compartilhada na época, é importante avaliar uma futura alteração do Decreto. Em seguida, passou a palavra ao representante do MMA.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou algumas questões centrais sobre a atuação do IBAMA. Mencionou que existe uma base legal que define o papel do IBAMA em relação à CITES, estabelecido por Decreto e Portaria, e que o IBAMA deve cumprir esse papel, sem opção de escolha. Ademais, ressaltou a necessidade de melhorar a gestão, o cumprimento das medidas, e a rastreabilidade para facilitar o trabalho do IBAMA na verificação da procedência das capturas. O Sr. Gallucci sugeriu que, ao fortalecer esses instrumentos, o IBAMA poderá cumprir de maneira mais eficiente seu papel de autoridade CITES. E mencionou que, em colaboração com o MPA, há propostas para discutir medidas de monitoramento e controle do cumprimento da cota do Tubarão Azul.

O Sr. Vitor Hugo (IFES Piúma) comentou sobre a captura de cação na pesca com espinhel de superfície, destacando que o Atum e a Meca são os produtos de maior valor nessa modalidade, especialmente no Sudeste. Ele mencionou ser um dos principais exportadores de Meca para os Estados Unidos, ressaltando a importância de um trabalho conjunto entre todas as partes envolvidas, como destacou o Sr. Gallucci. O Sr. Vitor Hugo (IFES Piúma) enfatizou que o cação faz parte da produção do espinhel de superfície e que a Meca, sendo uma referência no estoque brasileiro, paga as despesas da embarcação. Ele afirmou que, sem o cação, a pesca da Meca seria inviável. Finalizou destacando a importância de ter bons argumentos e segurança jurídica para avançar nas questões relacionadas à pesca.

O representante do SINDIPI, Sr. José Kowalsky, fez uma pergunta direcionada ao Daniel Santos (IBAMA), questionando se este considera justo que o Brasil possa importar



tubarão azul, mas tenha a exportação negada, destacando que o país tem a importação liberada e a exportação negada.

SESSÃO TUBARÃO AZUL

13. MEDIDAS DE ORDENAMENTO, REGISTRO E MONITORAMENTO PARA 2024

13.1 INI MPA/MMA Nº 10, DE 2011

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz deu início à discussão sobre o item 13 da agenda, que trata do ordenamento, registro e monitoramento do tubarão azul para 2024. Explicou que esse ponto foi dividido em três partes: apresentação da INI MPA/MMA nº 10, de 2011; a apresentação do parecer do Grupo Técnico Científico (GTC) pelo professor Paulo Travassos; e as propostas dos membros do CPG após a compilação das recomendações científicas.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz destacou que a INI MPA/MMA nº 10, de 2011 categoriza o tubarão azul como fauna acompanhante em nove modalidades de pesca e como espécie alvo em sete modalidades. Ele mencionou que há 1631 embarcações artesanais e 513 embarcações industriais autorizadas a capturar o tubarão azul, totalizando aproximadamente 2150 embarcações.

Por fim, passou a palavra ao professor Paulo Travassos para apresentar o parecer do GTC, que inclui recomendações e sugestões de manejo para a pescaria do tubarão azul.

13.2 RECOMENDAÇÕES DO GTC E PROPOSTAS DOS MEMBROS DO CPG

Com a palavra, o Sr. Paulo Travassos iniciou sua apresentação sobre Proposta de Medidas de Manejo da Pesca de Tubarão Azul do Atlântico Sul. Apresentou a avaliação baseada na recomendação 23-11 da ICCAT para o manejo pesqueiro do tubarão azul no Atlântico Sul, que estabelece uma captura máxima permitida de 27.711 toneladas para o período de 2024 a 2029, sendo a cota do Brasil de 3.481 toneladas. Com base nas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

contribuições de várias entidades e na análise do GTC, foram consideradas as seguintes propostas de manejo:

- a) Manter a cota global para o Brasil sem distinção regional;
- b) Considerar apenas capturas de espinhel de superfície;
- c) Exigir cobertura de observador de bordo em 10% das embarcações;
- d) Definir um gatilho de proibição de retenção em 90% da cota;
- e) Estabelecer uma margem de segurança de 10% do total da cota;
- f) Proibir a retenção de fêmeas o ano inteiro;
- g) Implementar práticas de manuseio a bordo para assegurar a sobrevivência dos tubarões liberados;
- h) Definir permissão direcionada para a captura do tubarão azul;
- i) Manter a atualização online das capturas nacionais em tempo hábil;

Concluiu ressaltando a importância de uma gestão transparente e eficaz, visando a sustentabilidade do estoque de tubarão azul.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) apresentou a tabela com as propostas encaminhadas pelos membros.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ABIPESCA	IBAMA (SBEEL)	SINDIPI E SINTRAPESCA	CONEP E SAPERJ
· Cota para os anos de 2024 e 2025;	· Captura de indivíduos maiores que 230 CT (+- 45 kg / 6 anos);	· Modalidades 1.1 e 1.2 com inclusão do tubarão-azul como alvo;	· 99% da cota ICCAT aplicada;
· Modalidades 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 - proibição para outras modalidades;	· Proibição da captura de fêmeas;	· 85% gatilho para proibição do uso do estropo de aço;	· Modalidades 1.1 e 1.2 com inclusão do tubarão-azul como alvo;
· Monitoramento por mapas de bordo, mapa de produção e desembarques;	· Proibição da pesca na área da elevação do Rio Grande (área de berçário), primavera e inverno.	· 98% gatilho para proibição da captura da espécie;	· Divisão das cotas por área de operação (SE/S e N/NE);
· Criação de um Sistema para indústrias - SisCação com reporte em 7 dias pós desembarque;		· Manipulação em estabelecimentos com SIF;	· Gatilho de 98% para proibir a captura da espécie.
· Desembarques em estabelecimentos com SIF;		· Informe de desembarque com 48 horas de antecedência.	· Embarcações sob rastreamento do PREPS;
· Aviso de desembarque com 48 horas de antecedência;			· Mapa de Bordo 15 dias após término do cruzeiro;
· Proibição de estropo de aço com 80% da cota;			· Mapas de Produção mensalmente.
· Proibição da retenção e desembarque com 97% da cota;			
· 20 dias para retorno das embarcações.			

E informou que, com base nas discussões, o MPA e o MMA realizaram reuniões para consolidar a norma de ordenamento do tubarão azul para 2024. As principais propostas incluem:

- a) Proibição da captura de fêmeas;
- b) Obrigatoriedade de que o cláspes esteja aderido no momento do desembarque;
- c) Obrigatoriedade da nadadeira aderida no desembarque, conforme normativas de 2012 e 2015;
- d) Permissão de captura apenas para as modalidades 1.1 e 1.2, com proibição para as demais;
- e) Desconto de qualquer extrapolação de cota dois anos depois, sem possibilidade de utilização de excedentes;
- f) Descarte sem ferimento e com registro no mapa de bordo para fêmeas;
- g) Monitoramento através de Mapas de Bordo e produção, com entrega de Mapas de Bordo em até 7 dias após o cruzeiro;
- h) Observador de bordo em 10% das viagens, conforme recomendações da ICCAT;
- i) Gatilho de 90% para proibição da captura, com desembarques permitidos até 10 dias após atingir o gatilho;



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- j) Obrigação de garantir o embarque de observador de bordo e monitoramento no desembarque; e
- k) Desembarque apenas em locais com SIF.

Após, abriu a sessão para discussão, visando avançar nas medidas de ordenamento do tubarão azul.

14. DÚVIDAS E DISCUSSÕES

15. CONTINUAÇÃO DISCUSSÕES TUBARÃO-AZUL

Sra. Mônica Brick (ICMBIO) apresentou dados para discussão e concordou com o CONEPE sobre a importância de separar as cotas regionais, destacando as diferenças significativas entre as pescarias do Nordeste e do Sul, como o uso de estropo de aço e os métodos de evisceração, que podem afetar o peso eviscerado dos tubarões. Assim, sugeriu considerar um fator de correção para essas diferenças. Também mencionou que as pescarias têm áreas e sazonalidades distintas, o que pode levar a taxas de acumulação de cotas diferentes. Em análises de Mapas de Bordo de 23 barcos, foram registrados 3.033 tubarões azuis descartados, dos quais 56% estavam vivos e 44% mortos. Além disso, nas câmeras do ICMBio, 163 tubarões azuis foram capturados, destes, 66 tinham movimentos e 34 estavam inertes.

Portanto, a Sr. Mônica expressou preocupação com as altas taxas de descarte de animais inertes ou mortos antes de atingir a cota, e a dificuldade de identificar o sexo dos tubarões vivos presos no anzol. Logo, sugeriu que não se exija a subida dos animais para identificação do sexo, evitando danos adicionais. Por fim, destacou a importância de garantir que os registros nos Mapas de Bordo sejam precisos e considerou a possibilidade de reduzir o tempo de entrega dos Mapas de Bordo e produção para 3 a 4 dias, pedindo a opinião dos participantes sobre esses pontos.

Cadu Villaça (CONEPE) afirmou que a gestão deve refletir a realidade da distribuição das espécies, reforçando a separação das cotas entre Nordeste e Sul/Sudeste, destacando que a espécie ocorre muito mais no Sudeste, e que a frota dessa região deve ter preferência



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

na cota. Comparou a situação com a da Bandolim, que é concentrada no Nordeste. Segundo ele, os registros e mapas de bordo fornecem informações suficientes para essa separação, o que facilitaria a compreensão dos usuários sobre a distribuição e ecologia da espécie. Assim, pediu ao grupo técnico que insistisse nessa ideia de separação.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, esclareceu que, tecnicamente, a autorização foi discutida para ser nacional, considerando a migração das frotas ao longo do ano. Ele explicou que, no momento, a equipe técnica decidiu não aderir à separação entre Norte/Nordeste e Sudeste/Sul, mas destacou que as opiniões dos participantes estão sendo registradas e consideradas.

A Sra. Luana (SINDIPI) concordou com a Sra. Mônica (ICMBio) sobre a dificuldade de liberar fêmeas sem ferimentos, destacando que essa prática pode acabar machucando os animais. Também apontou que a normativa sobre o descarte sem ferimentos, semelhante à questão da Albacora-bandolim, é impraticável, pois não há garantia de que os animais não sofrerão ferimentos durante o processo, o que pode afetar sua sobrevivência. A Sra. Luana sugeriu que a normativa não inclua a exigência de descarte sem ferimentos.

O Sr. Giovani (ABIPESCA) sugeriu revisar a proposta de norma apresentada, destacando a importância de discutir questões que não foram acessíveis na última reunião do CPG. Discordou do item 6 da proposta e destacou problemas relacionados a autos de infração errôneos. O Sr. Giovani enfatizou que o Brasil já adotou diversas medidas de precaução e sugeriu a necessidade de maior transparência e seriedade nos procedimentos de desembarque, propondo que os desembarques possam ser feitos em estabelecimentos secundários com alvará sanitário, e não apenas em locais com SIF, para evitar transtornos logísticos. Também propôs a utilização de um formulário do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para o controle quase em tempo real das cotas de captura, sugerindo que esse documento seja enviado online para facilitar a fiscalização. O Sr. Giovani (ABIPESCA) criticou a proposta de proibir a pesca na elevação do Rio Grande, argumentando que os dados não suportam essa medida. Por fim, defendeu a rastreabilidade e controle efetivo das atividades de pesca, propondo que a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

cota seja unificada no primeiro ano e que sejam realizados testes para acompanhar as pescarias sem estropo no sul.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, respondeu ao Sr. Giovani, explicando que houve um esforço para trazer um resumo da proposta apresentada pelo SINDIPI em dezembro. Ele reconheceu que a questão do porto de desembarque não ficou clara inicialmente e que foi discutido entre os membros que o desembarque deveria ocorrer em portos com SIF. O Sr. Rivetla Edipo mencionou uma mudança no RIISPOA (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal) ocorrida em 2021 ou 2022, que permite o uso de portos secundários desde que possuam um alvará e estejam de acordo com as novas diretrizes. Ele esclareceu que, conforme as mudanças no RIISPOA, esses portos secundários podem recepcionar e direcionar desembarques, desde que registrados e cumprindo requisitos específicos.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) complementou a discussão explicando que, na prática, ele detalhou que na nota fiscal é obrigatório citar o produto da embarcação, identificando a embarcação pelo nome e RGP, o terminal pesqueiro onde foi desembarcado, incluindo a rua e o alvará sanitário, e o destino para manipulação na empresa com SIF. O Sr. Giovani enfatizou que o terminal secundário, termo usado pelo Ministério da Agricultura, é auditado e credenciado pelo estabelecimento com SIF, passando por uma vistoria para receber o produto.

Sr. Igor de Brito (IBAMA) iniciou sua fala alinhando-se com a proposta do Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA), ressaltando a necessidade de uma proposta mais ousada para o controle. Apontou que o controle por mapa de bordo é limitado e sugeriu a criação de uma ferramenta eletrônica para automatizar esse processo, permitindo um reporte em 48/72 horas, em vez dos atuais 7 dias. O Sr. Igor de Brito (IBAMA) comprometeu-se a iniciar articulações para a criação dessa ferramenta, buscando otimizar a rastreabilidade e controle. Além disso, abordou a questão do direcionamento de espécies, destacando a incoerência de se tratar o tubarão azul como espécie alvo sem previsão normativa. E, reforçou que, enquanto não for espécie alvo, capturá-lo como tal é irregular. Citou um



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

documento do Ministério da Pesca e Aquicultura, refutado por sua precariedade técnica e atualmente em poder do judiciário, que não considera o tubarão azul como espécie alvo.

O Sr. Igor de Brito (IBAMA) enfatizou a necessidade de reconhecer a captura direcionada e estabelecer medidas para combatê-la, sugerindo a criação de normas claras que definam quando o tubarão azul pode ser considerado espécie alvo. Ele apresentou um cálculo que mostra que a atual cota de 3400 toneladas não admite direcionamento, pois seria ultrapassada com facilidade pelas frotas em operação. Concluiu pedindo que o problema seja reconhecido e tratado de forma transparente, para que a fiscalização possa atuar de maneira eficaz e legal.

A Sra. Claudia Ramos Zagaglia (IBAMA) complementou a discussão destacando a falta de dados sobre o tubarão azul e o mako na apresentação do Sr. Paulo Travassos. Ela ressaltou a importância de ter dados de pesca reportados à ICCAT dessas duas espécies, especialmente de períodos anteriores às restrições atuais. A Sr. Claudia apontou que seria essencial saber quanto o Brasil reportava de captura de mako e tubarão azul antes das restrições para subsidiar melhor a discussão. Referiu-se à frota Nordeste, que não direciona especificamente o tubarão azul, mencionando que a captura desta espécie gira em torno de 9%. Com base nisso, se as 377 embarcações realizarem 10 viagens por ano, a cota seria ultrapassada.

A Sr. Claudia (IBAMA) enfatizou a necessidade de verificar os números reportados ao ICCAT antes das regulamentações do IBAMA sobre direcionamento, para entender se a cota atual está muito abaixo da capacidade de pesca sem restrições. Concluiu sugerindo que a análise dos dados históricos é fundamental para determinar se as atuais preocupações são justificadas ou se a pesca já estava em equilíbrio sem as restrições, evitando assim confusões desnecessárias.

O coordenador Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz perguntou a Sra. Claudia (IBAMA), qual foi o período para que fosse possível fazer o levantamento



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) apontou que seria 2021 ou 2022.

O Sr. Antônio (MMA), apresentou alguns pontos defendidos pelo Ministério. O primeiro ponto abordado foi a questão da soltura de fêmeas. Inicialmente, o MMA, em discussão com o MPA, considerou que essa medida não seria problemática. No entanto, surgiram dados indicando que separar machos de fêmeas antes do embarque não é tão simples, e que o estresse causado aos animais pode comprometer sua sobrevivência. Uma proposta alternativa seria a soltura de exemplares menores, que podem ser identificados rapidamente e liberados sem precisar subir o animal ao barco, apenas cortando a linha.

Seguiu relatando que outro ponto defendido pelo MMA é a necessidade de um sistema de coleta de dados mais eficiente para monitorar a produção que entra nas indústrias. Atualmente, as indústrias já possuem um sistema de controle dessas informações, preenchendo dados em cadernos. A proposta é fazer uma transição para um sistema online, onde as empresas possam reportar os dados através de um site, permitindo que essas informações sejam acessadas pelo MAPA, MPA, MMA e IBAMA. O MMA defende que esse trabalho comece o quanto antes, com o objetivo de ter o sistema pronto, possivelmente, já para o próximo ano.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou a importância das medidas de controle e recuperação populacional, como a adoção da cota, que agora é regulamentada pela Portaria Interministerial MPA/MMA nº 10, de 2024, afirmando ser crucial avaliar e atualizar a base normativa para evitar conflitos legais, garantindo que o IBAMA atue conforme as normas existentes. O Sr. Roberto Gallucci ressaltou a necessidade de reavaliar se o tubarão azul deve ser considerado fauna acompanhante ou alvo, e propôs a não retenção de fêmeas para diminuir o esforço de pesca, apesar dos desafios práticos mencionados pelo ICMBio, bem como relatou que medidas como evitar a captura de juvenis e proibir a pesca em áreas específicas também foram consideradas viáveis para implementação imediata.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) mencionou a importância de fortalecer as medidas de monitoramento e controle, incluindo o uso de câmeras a bordo e a implementação de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

um sistema de rastreabilidade do pescado. Reafirmou que isso visa garantir o cumprimento efetivo das cotas estabelecidas e fortalecer a posição do Brasil nas negociações internacionais com a ICCAT. Finalmente, enfatizou a colaboração com o setor pesqueiro e propôs um plano gradual de implementação das medidas discutidas.

A Sra. Laís (ABIPESCA) questionou a exclusão das modalidades 1.3 e 1.4 da proposta apresentada em dezembro do ano passado e solicitou esclarecimentos sobre as justificativas técnicas para essa exclusão, além disso indagou sobre a aprovação da proposta de tamanho mínimo proposta pela SBEEL. A Sra. Laís dirigiu uma pergunta ao professor Paulo Travassos para esclarecer como a cota é determinada, destacando a importância da avaliação histórica de captura além da avaliação de estoque pelo ICCAT. Assim, a Sra. Laís (ABIPESCA) registrou a posição da ABIPESCA contrária à medida de descarte das fêmeas de tubarão, citando estudos que indicam uma taxa de sobrevivência positiva após a soltura desses animais E questionou se esses estudos consideraram o impacto dos equipamentos de pesca utilizados, como a bicheira, na saúde dos animais.

O Sr. Antônio Carlos (SEAG-ES) destacou a importância dos espinhéis de fundo, como o long boia, utilizados no Espírito Santo para captura de tubarão e atum e convidou o professor Paulo Travasso a visitar a região e embarcar em um desses barcos para observar a operação desses espinhéis. O Sr. Antônio enfatizou a dificuldade de classificação dos espinhéis devido à falta de especificações claras na matriz de autorização de pesca, especialmente comparando-se com o espinhel de superfície. Também destacou os danos causados pelo bicheiro aos animais capturados e ressaltou a importância de considerar os portos de desembarque utilizados pela pesca artesanal, que frequentemente não têm acesso direto às indústrias. O Sr. Antônio propôs uma reflexão sobre as normas para garantir que sejam adequadas às necessidades da pesca artesanal no Espírito Santo, onde 80% das embarcações têm arqueação bruta igual ou inferior a 20 AB. Ainda, o Sr. Antônio mencionou a inovação dos espinhel como o long boia, inspirado na tradição de pesca de sombra ou cardume associado que surgiu na comunidade de Itaipava e enfatizou o papel histórico dos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pescadores capixabas e convidou todos a considerar esse legado ao definir novas regulamentações.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo, explicou que as modalidades 1.3 e 1.4 foram excluídas devido à baixa captura de tubarões azuis, especialmente em comparação com as modalidades 1.1 e 1.2. E destacou a importância de focar nos petrechos mais utilizados e eficazes, levando em consideração o impacto e a eficiência dos métodos de captura.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) explicou que diversos estudos indicam uma alta probabilidade de sobrevivência pós-captura para o tubarão azul, citando que esses animais são robustos e frequentemente chegam vivos ao momento da retirada do anzol. Ele mencionou a disponibilidade de artigos científicos detalhando essas análises, os quais podem ser compartilhados posteriormente para um entendimento mais profundo. Quanto à avaliação de estoques pela ICCAT, Paulo destacou que as capturas declaradas pelos países, junto com índices padronizados de abundância (CPUE), são fundamentais para os modelos de avaliação. Ele mencionou que a série histórica de captura do tubarão azul mostra um aumento significativo nos últimos anos, culminando em uma necessidade recente de gestão mais rigorosa, como a definição de TACs específicas para a região do Atlântico Sul.

A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) destacou a importância dos dados apresentados para entender se haverá muito trabalho para pouco resultado. Ela enfatizou que as restrições devem ser direcionadas de forma a manter uma situação confortável em relação às cotas estabelecidas, especialmente considerando a série histórica de capturas. A Sra. Claudia expressou preocupação sobre a justiça na aplicação das diretrizes, evitando direcionamentos excessivos que possam impactar negativamente os envolvidos na atividade.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) observou que há diversos fatores de correção para peixes desembarcados no formato charuto, cada um com suas especificidades como sem cabeça, eviscerado e sem nadadeiras. Mas destacou a necessidade de revisar o fator de conversão para tubarões, especialmente o tubarão azul, sugerindo um ajuste para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

melhor adequação às condições de desembarque e às normas legais vigentes. Paulo enfatizou a importância de iniciar uma nova coleta de dados para monitorar como os tubarões são desembarcados, visando criar fatores de conversão baseados em amostras representativas, garantindo que o peso declarado seja o peso vivo do animal, o que considera essencial para uma gestão precisa dos recursos pesqueiros

A Sra. Mônica Brick (ICMBIO) destacou a questão do preenchimento do Mapa de Bordo pelos pescadores, observando que muitos deles interpretam erroneamente a indicação "peso total" como o peso do animal após processamento. Ela enfatizou a necessidade urgente de esclarecer esses procedimentos aos pescadores, sugerindo a criação de vídeos explicativos no YouTube para garantir que o preenchimento do Mapa de Bordo seja feito corretamente e esteja alinhado com as normativas e exigências legais.

O Sr. Kowalsky perguntou ao Sr. Paulo Travasso após o acionamento do gatilho com o atingimento dos 90% da cota, os barcos terão prazo de 10 dias para retornar ao Porto.

O Sr. Paulo Travasso, em resposta, falou que o GTC não fez esse tipo de análise e sim sobre o atingimento de 90%, esse seria o gatilho para o fechamento da pesca.

O Sr. Kowalsky levantou a questão sobre as capturas atuais de tubarão azul e Meca, mencionando que os barcos frequentemente trazem quantidades significativamente maiores de tubarão azul (300 a 500 exemplares), em comparação com meca (50 a 150 exemplares). Mas expressou o desejo de ver essa proporção invertida, com mais Meca e menos tubarão azul, devido à sustentabilidade econômica. O Sr. Kowalsky questionou se o IBAMA possui métodos para determinar se a pesca de tubarão azul e meca é direcionada ou não e solicitando uma explicação mais detalhada para garantir operações mais seguras e dentro das normas regulatórias.

O Sr. Igor de Brito (IBAMA) mencionou que a determinação de se uma pesca é direcionada ou não pode ser estabelecida com base em evidências objetivas encontradas nos autos de infração. Ele destacou exemplos em que foram identificadas práticas de direcionamento, como o registro de grandes quantidades de uma espécie nos Mapas de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Bordo, enquanto não foram capturadas nenhuma espécie alvo conforme registrado. Esses casos levantam questões sobre a conformidade com as normas de autorização de pesca, especialmente a INI MPA/MMA nº 10, de 2011, que regula esse processo. A distinção entre espécies alvo e espécies acompanhantes é crucial para a aplicação correta das normas, visando evitar infrações e garantir a gestão adequada dos recursos marinhos.

O Sr. Giovani (ABIPESCA) enfatizou que diversos estudos científicos e bibliografias têm mostrado a realidade das pescarias, indicando que historicamente, desde os anos 70 até hoje, a captura de diversas espécies, como tubarões e mecas, ocorre de maneira simultânea e não direcionada. Assim, questionou a viabilidade prática de pescar exclusivamente uma espécie alvo sem capturar outras espécies que coexistem na mesma área. O Sr. Giovani também mencionou que a manutenção dos estropos nos equipamentos de pesca foi um acordo entre diversos órgãos e membros do GTC, apesar de alguns debates sobre sua retirada. E argumentou que as pescarias realizadas por embarcações estrangeiras seguem padrões semelhantes aos praticados nacionalmente, conforme dados da ICCAT.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN), primeiramente, destacou a preocupação com a questão da diferenciação entre espécies alvo e espécies acompanhantes na pesca de atuns, mecas e tubarões azuis. E propôs que todas as três espécies, que têm cotas definidas, sejam tratadas de forma similar na regulamentação, evitando assim distinções que podem gerar confusão e dificultar a fiscalização. Também mencionou a necessidade de revisar a lista de embarcações regularizadas, argumentando que muitas das embarcações listadas no Registro Geral de Pesca (RGP) não estão mais em operação, o que afeta a precisão dos dados de monitoramento. E enfatizou a importância de uma regulamentação mais precisa e atualizada para garantir que apenas embarcações ativas estejam autorizadas a pescar.

Além disso, o Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) comentou sobre a gestão das cotas de pesca ao longo dos anos, destacando que, nos últimos dez anos, a pesca de tubarão azul ultrapassou a cota permitida apenas em dois anos, o que, segundo ele, mostra que as medidas de controle têm sido eficazes na maioria dos casos. O Sr. Rodrigo Hazin expressou otimismo quanto à efetividade das normas regulatórias, enfatizando a importância de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

implementar e seguir as regras estabelecidas para assegurar uma pesca sustentável e dentro da legalidade. Por fim, mencionou a necessidade de rigor na documentação de desembarque, afirmando que todos os produtos pesqueiros devem ser destinados a um Estabelecimento com Inspeção Federal (SIF), conforme estabelecido pela IN 4/2014.

O Sr. Rivetla Edipo fez um registro em ata sobre a intervenção da Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA), destacando a importância da ênfase nas medidas de controle para a frota do Sul e Sudeste, devido à evidente maior demanda e possíveis direcionamentos na pesca. O Sr. Edipo mencionou também a necessidade de apurar eventuais divergências em relação ao entendimento sobre o elevado de Rio Grande, ressaltando que essas questões serão investigadas pelo subcomitê científico conforme o parecer subsidiado pelo IBAMA para esta reunião. Essas informações foram registradas para garantir que o posicionamento da Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) seja devidamente considerado na ata da reunião.

A Sra. Mônica Brick (ICMBIO) levantou duas questões principais. Primeiramente, questionou o setor pesqueiro sobre a possibilidade de não utilizar bicheiras para capturar azuis grandes, sugerindo o uso de uma rede tipo "caminha" conforme guias de boas práticas internacionais. Em seguida, sugeriu que qualquer descarte de animais deveria ser feito com eles ainda vivos, preferencialmente cortando a linha na água para evitar a morte ao serem içados no convés. Ela destacou a necessidade urgente de discutir a instalação de câmeras a bordo para facilitar auditorias e assegurar o cumprimento de cotas e procedimentos, citando a importância de registros detalhados como os cadernos de armadores, empresas de processamento e exportadores. A Sra. Mônica também questionou se o IBAMA tem utilizado essas informações para análises e se estão disponíveis para consulta externa. Além disso, expressou apoio à ideia de soltar neonatos menores que 10 kg para aumentar a sobrevivência dos juvenis, ressaltando sua importância para a conservação.

O Sr. Igor de Brito (IBAMA) mencionou que o IBAMA utiliza pontualmente alguns dados locais em suas ações, destacando que esses materiais não são entregues formalmente ao IBAMA e não estão sistematizados. Ele enfatizou a importância de sistematizar esses



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

dados e sugeriu que, se a indústria possuir algum sistema atualmente, poderia ser um ponto de partida para desenvolver um sistema nacional e federal mais eficiente no futuro.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) trouxe informações sobre o quantitativo de observadores de bordo. A informação sobre os 30 observadores foi baseada em uma avaliação feita pelo GTC há algum tempo, considerando modalidades de pesca como Espinhel, Espadarte, Albacora, cerco e vara e isca viva, que são monitoradas no processo de gestão pesqueira. Entre as modalidades de espinhel, foram registradas 72 embarcações ativas, com 45 barcos dedicados à albacora (1.1) e 27 barcos dedicados ao espadarte (1.2). Além disso, foram mencionados 31 barcos de isca viva e 185 barcos de Cardume Associado. Apesar de haver 250 barcos registrados, nem todos estão ativamente pescando. O Sr. Paulo Travassos destacou que está à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo, dirigiu-se ao MPA e ao MMA perguntando se ainda havia alguma dúvida em relação ao assunto do tubarão azul e se todas as informações apresentadas foram compreendidas. Ele ressaltou que esse era o momento ideal para esclarecer quaisquer indagações, com o objetivo de avançar na construção da norma de monitoramento e ordenamento.

A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) comentou sobre a necessidade de avaliar as informações relacionadas ao controle de pesca. E explicou que, quando solicitados, o IBAMA realiza verificações de lotes, conferindo Mapas de Bordo, cadastros federais de pesca e registros em livros, mesmo que esses dados ainda não estejam digitalizados ou sistematizados. A Sra. Claudia enfatizou a importância de digitalizar esses dados para facilitar a circulação das informações dentro do IBAMA. Também abordou a questão da "lista positiva" de embarcações, sugerindo que, devido à dificuldade de manter a lista atualizada, ela deveria ser retirada ou melhorada. Assim, a Sra. Claudia destacou que a regra atual do RGP já permite consultas públicas, fornecendo informações mais precisas e atualizadas e concluiu pedindo que embarcações inativas sejam definitivamente excluídas do RGP para melhorar o gerenciamento das medidas de controle pesqueiro.



O coordenador Rivetla Edipo Araujo Cruz encerrou a reunião do dia 11 de junho de 2024, às 19 horas.

SEGUNDO DIA DE REUNIÃO (12/06/2024)

Dando início a reunião do dia 12 de junho de 2024, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins), cumprimentou a todos e passou para o item 16 da agenda, concedendo a palavra para o Sr. Luís Gustavo Cardoso, Secretário da SERMOP (MPA) para iniciar sua apresentação.

16. DEVOLUTIVAS DAS REUNIÕES DO PAINEL 1 DA ICCAT 2024

Em apresentação, o Sr. Luís Gustavo (MPA) explicou que a avaliação do estado de exploração e cálculo de rendimentos máximos sustentáveis das espécies são feitos anualmente e validados pelo comitê permanente estatístico da ICCAT. Este comitê é assessorado por informações científicas e trabalha na conformidade das medidas de conservação e gestão. Destacou que a reunião para discutir a alocação de pesca foi interrompida devido a problemas técnicos e será retomada em novembro. O Sr. Luís Gustavo mencionou a importância de um consenso internacional para facilitar o cumprimento das regras e processos de certificação de pescaria. Além disso, relatou os avanços do Brasil no âmbito da ICCAT, com uma forte interlocução científica e participação em reuniões internacionais para cumprir as exigências dos principais mercados importadores.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz agradeceu ao Sr. Luís Gustavo Cardoso (SERMOP/MPA) pelo resumo das reuniões do Painel 1, destacando a transparência do MPA em liderar a internalização das discussões e encaminhamentos do CPG Atuns e Afins. E abriu a plenária para dúvidas sobre as apresentações relacionadas ao skipjack (bonito listrado) e outros atuns tropicais da reunião em Natal.

17. DÚVIDAS E DISCUSSÕES SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DA ICCAT

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) comentou sobre a reunião em Natal, mencionando que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

notou uma certa timidez da delegação americana e expressou que não acredita que aceitam plenamente a questão de aumento da TAC de 62.000 t para 73.000 t.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso (MPA) concordou com o Sr. Cadu Villaça sobre a timidez da comissão americana e menciona que, em conversas bilaterais, eles expressaram o desejo de ver medidas de conservação mais rigorosas e discutir a possibilidade de aumentar de 62.000 t para 73.000 t. O Sr. Luís Gustavo sugere que pode ser uma estratégia para manter o valor em 62.000 t até a próxima avaliação do estoque. E acredita que a posição tímida da delegação americana visa impedir o avanço da discussão sobre a captura total aceitável.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) compartilha informações de bastidores indicando que os Estados Unidos defendem um valor de 1500 toneladas, apesar de seu histórico recente não atingir 900 toneladas em média. Explica que conceder este valor os colocaria em uma categoria que exige um plano de manejo para os Atuns tropicais, o que eles preferem evitar. O Sr. Paulo (GTC Atuns e Afins) acredita que os Estados Unidos estão usando a questão do aumento do TAC de 62.000 para 73 mil toneladas como uma barganha, oferecendo concordar com o aumento em troca das 1500 toneladas. Ele ressalta que não se deve conceder tratamento especial aos Estados Unidos em detrimento de outros países na mesma situação.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) destaca a disputa entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ele observa que 30% da captura de Bandolim no ICCAT é feita por cerco, enquanto o Brasil é zero nesse método. No entanto, na pesca com vara e isca viva, que representa 7% no ICCAT, o Brasil tem uma forte presença com 50%. O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) sugere que o Brasil deveria focar e promover suas fortalezas na pesca sustentável, especialmente no uso de vara e isca viva.

Luís Gustavo Cardoso (MPA) respondeu ao Sr. Wilson Santos concordando com a ênfase na sustentabilidade da pesca brasileira, especialmente na captura do Bonito Listrado com vara e isca viva. Ele mencionou que, quando apropriado, o Brasil usa essa vantagem. Cardoso ressaltou que a definição de sustentabilidade pode variar e, por isso, é importante



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

considerar vários pontos de vista. Destacou que a sustentabilidade deve ser considerada de diferentes ângulos e que o Brasil, historicamente, tem apoiado e proposto medidas de manejo sustentável dentro do ICCAT, sempre buscando equilibrar a defesa de suas práticas sem abrir espaço para questionamentos que possam enfraquecer sua posição.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) destacou que o Brasil contribui ativamente com dados de captura incidental de espécies marinhas e participa ativamente no subcomitê de ecossistemas. Ainda, comentou sobre a proposta de aumentar as quotas para pesca com vara e isca viva, explicando que, apesar de fundamentada cientificamente, enfrentaria resistência de grandes produtores usando métodos como espinhel e cerco, como Japão e União Europeia. Ressaltou que o Brasil e outros países costeiros já tentaram introduzir critérios mais diversos para distribuição de quotas na ICCAT, além do histórico de captura, mas essas propostas não foram implementadas efetivamente. Além disso, Paulo reiterou o compromisso do Brasil com uma exploração pesqueira responsável, com monitoramento eficaz, buscando crescimento dentro de limites sustentáveis e defendendo seus direitos em fóruns internacionais.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) questionou sobre a transformação de uma resolução em recomendação na ICCAT. O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins), por sua vez, explicou que isso começaria com discussões nos painéis técnicos, como o Painel 1 que trata dos Atuns tropicais, e que, se aprovado, seria elevado à decisão da comissão. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) expressou preocupação com a eficácia dessa abordagem, dada a resistência histórica dos grandes produtores e países desenvolvidos. A discussão destacou a complexidade e desafios políticos envolvidos na implementação de mudanças dentro da ICCAT.

O Sr. Wilson Santos (SINDIPI) propôs alternativa para a gestão das cotas de pesca, especialmente para capturas sustentáveis como isca viva e a pesca de Cardume Associado, sugerindo que, além de dividir as cotas de acordo com a sustentabilidade da pesca, seja estabelecido um mecanismo de atenuação de penalidades para casos em que os pescadores ultrapassem ligeiramente os limites de captura, por exemplo, permitindo uma margem de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

5% a 10% sem penalidades severas.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso (MPA) destacou a complexidade da divisão de cotas de captura entre os países na ICCAT, sugerindo que essa questão demanda negociações detalhadas e internas entre as nações participantes. Além disso, observou que o Brasil enfrenta um cenário de isolamento nas negociações, enfatizando a necessidade de calcular estrategicamente os movimentos futuros para evitar perdas de apoio em questões subsequentes. O Sr. Luís Gustavo também mencionou a proposta do *chair*, que aparentemente obteve aceitação, ressaltando o apoio significativo de alguns países como a Coreia. Concluiu reforçando a importância de considerar não apenas a atual negociação sobre a Albacora Bandolim, mas também outras negociações em andamento e suas possíveis implicações futuras, que sublinham a delicadeza das negociações internacionais na ICCAT e a necessidade de estratégias bem planejadas para proteger os interesses brasileiros na gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, Coordenador do CPG Atuns e Afins, agradeceu ao Secretário Luis Gustavo pela disponibilidade durante a missão em Porto, onde estão cumprindo a agenda da ICCAT e anunciou um intervalo de 15 minutos, retornando às 10:30 para tratar do Item 18 da agenda.

18. PROPOSTAS DE AÇÕES SOBRE O ORDENAMENTO DA MODALIDADE DE PERMISIONAMENTO 1.12 DA INI MPA/MMA Nº 10, DE 2011

19. DÚVIDAS E DISCUSSÕES

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) iniciou as discussões sobre proposta de ações relacionadas ao ordenamento da modalidade 1.12, conforme estabelecido pela INI MPA nº 10, de 2011. Ele destacou que essa demanda foi apresentada durante a reunião anterior em Natal, pelo governo do estado do Ceará e pela entidade QUALIPESC. A solicitação envolve a reavaliação da modalidade 1.12 em relação às áreas de especial interesse e operação. O Sr. Rivetla Edipo também apresentou a matriz de permissionamento referente à modalidade, destacando as espécies-alvo, capturas incidentais e áreas de operação, especialmente no mar territorial Nordeste. Ele enfatizou a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

necessidade de reavaliação das espécies-alvo e das áreas de operação, considerando a captura de espécies oceânicas dentro do mar territorial.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) explicou que, em fevereiro, o GTC recebeu a demanda para avaliar a modalidade 1.12 em relação às capturas de atuns e afins. Após análise, concluiu-se que essa modalidade não poderia ser considerada para o manejo pesqueiro devido à área de atuação no mar territorial e à falta de produção de atum por essa modalidade. Em março, uma nova demanda solicitou a revisão da modalidade 1.12, propondo alterar a área de atuação para incluir a zona econômica exclusiva e águas internacionais, além de mudar o método de pesca de linha de mão para espinhel de fundo.

Assim, o Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) relatou que o GTC iniciou essa avaliação, mas ainda precisa de mais informações sobre embarcações e capturas de Atum. O Sr. Paulo (GTC Atuns e Afins) alertou que qualquer mudança que aumente o número de embarcações autorizadas a pescar atum pode causar problemas com a ICCAT devido às restrições de esforço de pesca e limites de captura. Finalizou informando que o GTC espera concluir a avaliação e apresentar um parecer até o final de junho.

O Coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que a equipe de registro e monitoramento está disponível para ajudar o GTC na recomendação e no levantamento de dados necessários para elaborar um parecer robusto. Em seguida, abriu a plenária para perguntas, dúvidas, sugestões e questionamentos sobre o ponto discutido.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) trouxe à memória a INI MPA/MMA nº 10, de 2011, mencionando que, inicialmente, a autorização complementar deveria ser usada em casos de defeso, mas isso se perdeu ao longo do tempo, resultando em todas as modalidades de permissionamento com autorizações complementares. Ela destacou que, em termos de controle, não é possível determinar, apenas pelo padrão do PREPS, qual petrecho está sendo usado, dificultando o monitoramento das capturas. A Sra. Mônica (ICMBio) ressaltou a importância de discutir conceitualmente a questão das autorizações complementares para melhorar o controle e a quantificação do esforço de pesca, já que atualmente não se sabe se o barco está usando linha de mão, espinhel, ou outro petrecho. E sugeriu que isso deve ser anotado para futuras discussões sobre a revisão da INI MPA/MMA nº 10, de 2011.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) comentou que a modalidade de pesca 1.12, com autoirzação complementar de linha de mão para capturar cavala, é problemática. Ele destacou erros na modalidade, como a inclusão de atuns como espécie alvo utilizando linha de fundo e pescando dentro do mar territorial, o que é um equívoco. Ele também mencionou que qualquer aumento no esforço de pesca sobre espécies controladas pela ICCAT precisa ser cuidadosamente avaliado. O Sr. Paulo (GTC Atuns e Afins) alertou que, se houver um aumento no esforço de pesca, o Brasil terá que justificar essa decisão perante a ICCAT, especialmente considerando as recomendações da ICCAT de não aumentar o esforço de pesca para atender aos limites de captura impostos, principalmente para os atuns tropicais.

A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) destacou que a motivação desse pleito pode ter surgido após operações de fiscalização do IBAMA no Ceará, em conjunto com a Marinha, onde se constatou que muitas embarcações operavam sem autorização adequada de navegação e estavam associadas a cardume associado. Ela questionou se essa realidade foi devidamente considerada no pleito, levantando a possibilidade de que os estados do Ceará e a QUALIPESC possam estar buscando apenas uma expansão da área de operação para fugir do controle existente. Zagaglia sublinhou a importância de fornecer informações claras ao GTC para que possam avaliar corretamente a situação das embarcações e as operações de pesca associadas.

O Sr. Emanuel (QUALIPESC) expressou gratidão pela oportunidade de expor a situação das embarcações. Reconhecendo a delicada questão do esforço de pesca em relação à ICCAT, ressaltou a preocupação com a paralisação das frotas e o impacto sobre os pescadores, buscando uma solução que considere a necessidade de correção das autorizações de pesca sem prejudicar os pescadores e armadores. A QUALIPESC pediu sensibilidade do IBAMA e destacou a importância de restituir o direito de trabalho dos pescadores, em parceria com MPA e MMA, contribuindo positivamente para a pesca do atum no Ceará e no Brasil.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Claudia Ramos Zagaglia (IBAMA) perguntou para QUALIPESC, em qual modalidades as suas embarcações estavam operando. A QUALIPESC, por sua vez, respondeu que era Cardume Associado.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) destacou a necessidade de reclassificação dos barcos envolvidos na modalidade 1.12 e enfatizou a diversidade de embarcações, mencionando que barcos menores não são adequados para pescar atuns em alto-mar. Desta forma, propôs um censo para identificar quais barcos estão realmente pescando de acordo com as normas estabelecidas, visando garantir o cumprimento da norma e permitir que os barcos autorizados ocupem adequadamente o espaço na pesca

A Sra. Elielma Borcem (MPA) informou sobre o plano de trabalho em andamento que resultou na Portaria MPA nº 177, de 2023, e destacou que o trabalho incluiu um processo judicial e uma ação de conciliação em colaboração com o IBAMA. A Sra. Elielma (MPA) mencionou o objetivo de submeter todas as embarcações a um processo de vistoria e publicar um Decreto, com apoio do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, mas que está atualmente enfrentando desafios orçamentários e de contratação de profissionais para as vistorias das embarcações. Ela enfatizou que o foco atual está na internalização dessas ações e na discussão sobre a gestão de Atuns e Afins, buscando uma abordagem focada e positiva para o setor.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso (MPA), explicou que o processo em curso enfrentou desafios de execução devido a cortes orçamentários desde o ano passado, o que limitou a capacidade de seguir adiante com os planos de monitoramento e gestão das frotas. Ele destacou a necessidade de refinamento e atualização das bases de dados da Marinha e do RGP para uma melhor gestão. O Sr. Luís Gustavo (MPA) mencionou que, apesar dos obstáculos, o Ministério está comprometido em viabilizar essas ações e em dialogar frequentemente com a Casa Civil para avançar nesses projetos prioritários.

Sr. Cadu Villaça (CONEPE) expressou preocupação com a falta de seriedade e rigor na gestão das autorizações de pesca de atum, destacando falhas graves no sistema atual.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Ele criticou a falta de controle efetivo sobre as atividades de pesca, mencionando casos em que embarcações operam sem autorização adequada e como isso pode resultar em multas severas durante fiscalizações. O Sr. Cadu (CONEPE) enfatizou a necessidade urgente de correções no sistema de monitoramento e na gestão das autorizações, argumentando que é essencial agir imediatamente para resolver esses problemas, evitando complicações futuras com organismos internacionais como a ICCAT.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) enfatizou a necessidade de corrigir erros no sistema de monitoramento e gestão das autorizações de pesca. Ele destacou a importância de ter dados precisos sobre o número de embarcações, seus tamanhos e atividades para embasar decisões e pareceres do GTC de forma adequada. O Sr. Paulo (GTC Atuns e Afins) concordou que o aumento do esforço de pesca deve ser justificado perante a ICCAT e defendeu a revisão urgente da INI MPA/MMA nº 10, de 2011, para resolver questões como espécies-alvo e a falta de controle sobre as capturas.

O Sr. Antônio Carlos (SEAG-ES) destacou a importância do TIE (Título de Inscrição de Embarcação) para a emissão do Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira (RAEP), ressaltando que a definição das áreas de navegação deve ser de competência da Marinha, alinhada com a área de pesca. Ele expressou preocupação com inconsistências nesse processo, mencionando a necessidade de revisar as qualificações dos mestres de barco e a competência para operar em águas internacionais. O Sr. Antônio Carlos (SEAG-ES) enfatizou a necessidade de uma melhor integração entre Marinha, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para resolver essas questões de forma coerente e eficaz.

O Sr. Edipo Araujo Cruz, coordenador da reunião, destacou que o MPA já realizou uma consulta formal à Marinha do Brasil para esclarecer sobre as áreas de operações de pesca registradas no TIE. Segundo o levantamento feito, as embarcações classificadas como Cardume Associado estão predominantemente constando como Área de Operação cabotagem, e de acordo com a Marinha, isso não impede que naveguem em águas internacionais. Ele ressaltou que estão aguardando um documento oficial da Marinha para



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

formalizar essa posição.

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) expressou as preocupações práticas enfrentadas pelos armadores no dia a dia da pesca e destacou a imposição frequente de multas severas pelo IBAMA sem um estudo específico ou consulta prévia aos pescadores. O Sr. Ulysses (APEDI) enfatizou a necessidade de respeito e diálogo entre os órgãos reguladores e os armadores, citando casos de embarcações paralisadas devido a questões como problemas no PREPS. Ele sugeriu que as decisões sobre as modalidades de pesca sejam tomadas com o envolvimento dos armadores, garantindo assim maior segurança jurídica e respeito aos direitos dos pescadores e suas famílias.

O Sr. Jocemar Tomasino Mendonça (MPA) abordou a questão das frotas fantasmas existentes em diversas regiões do Brasil, como na pesca de lagosta, emalhe e arrasto. Ele destacou os esforços do Ministério em enfrentar essa problemática complexa, visando regularizar embarcações não reportadas e melhorar o monitoramento da atividade pesqueira. O Sr. Jocemar (MPA) mencionou a importância de justificar qualquer aumento de esforço de pesca perante a ICCAT de forma a não comprometer as cotas estabelecidas, sugerindo que essa medida poderia ajudar a trazer frotas irregulares para a legalidade e garantir um acompanhamento mais efetivo da captura dos recursos pesqueiros.

O Sr. Mauro Costa Cavalcante Filho (MTE) levantou a necessidade de um recenseamento documental e físico das embarcações pesqueiras, enfatizando a relevância de verificar a existência efetiva das embarcações tanto por documentação quanto por inspeções físicas nos locais de pesca. Ele mencionou divergências nos cadastros da Marinha e do RGP e destacou a campanha internacional contra frotas fantasmas. O Sr. Mauro (MTE) também abordou a segurança no trabalho e a necessidade de garantir condições dignas aos trabalhadores da pesca, propondo colaboração com a Marinha em inspeções para o recenseamento das embarcações.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso (MPA) agradeceu ao Sr. Edipo e destacou a importância de realizar um recenseamento *in loco* das embarcações pesqueiras. Ele enfatizou a



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

necessidade de certificação física, não apenas documental, para verificar as dimensões das embarcações e as artes de pesca utilizadas, alinhando-as com toda a documentação exigida. O Sr. Luís Gustavo (MPA) reconheceu os desafios dessa abordagem devido ao grande número de embarcações e à abrangência geográfica da costa do Brasil, ressaltando a necessidade de precisão na execução para corrigir problemas herdados de administrações anteriores. Ele reiterou que esse esforço é um desejo compartilhado por todas as comissões de pesca e agradeceu o apoio do Ministério do Trabalho, destacando também a importância do apoio da Marinha do Brasil para o sucesso da iniciativa.

A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) esclareceu que a competência do IBAMA se concentra na fiscalização das áreas de operação real das embarcações, especificamente aquelas que, pela legislação pesqueira, estão restritas ao mar territorial. Ela mencionou que o IBAMA trabalha em colaboração com a Marinha do Brasil para verificar se as embarcações estão em conformidade com as áreas permitidas para navegação. A Sr. Claudia (IBAMA) destacou a importância de focar na questão da modalidade de permissionamento 1.12, onde as embarcações não apenas descumprem as áreas de pesca designadas, mas também as áreas permitidas pela Marinha para navegação.

A Sra. Luana (SINDIPI) questionou o Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) sobre a produção e captura das embarcações relacionadas à modalidade 1.12, especificamente se esses dados são reportados para a ICCAT. O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) mencionou que as capturas realizadas pelas embarcações da modalidade 1.12 não chegam diretamente ao GTC para estimativas de produção e declarações na ICCAT. Ele destacou que, embora a produção possa ser registrada de alguma forma, não há clareza sobre como esses dados são agregados às declarações nacionais na ICCAT.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) sugeriu que o MPA e o MMA considerassem priorizar a pesca de atum devido à sua relevância internacional e às obrigações do Brasil como signatário de convenções internacionais. Ele propôs que os Ministérios fizessem uma chamada para manifestação de interesse das embarcações que desejam atuar na pesca de atum, exigindo a apresentação de documentação e o cumprimento das medidas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

obrigatórias. O Sr. Rodrigo (SINDIPESCA RN) destacou que essa abordagem poderia incluir aqueles que buscam regularizar suas atividades, em detrimento daqueles que possuem autorização, mas não estão em conformidade com a legislação. Assim, sugeriu que essa iniciativa com base documental poderia ser seguida por verificações *in loco*, reconhecendo as limitações orçamentárias do governo e a necessidade de uma resposta eficaz e rápida às demandas apresentadas.

Claudia Zagaglia (IBAMA) destacou que a proposta apresentada pelo Secretário do Ceará levanta preocupações significativas, especialmente no que diz respeito ao aumento do esforço de fiscalização. Enfatizou que os 26 barcos em questão não apenas estão operando em uma área de operação errada, mas também estão utilizando uma modalidade de pesca diferente da autorizada, não empregando a linha de fundo como deveriam. Claudia (IBAMA) sugeriu que seria mais apropriado para o GTC revisar a proposta da modalidade 1.12 para enfatizar a pesca de fundo, retirando o atum e focando em espécies de fundo. Também alertou que a solução proposta pelo Ceará poderia resultar na inclusão de uma frota paralela irregular que escaparia do controle adequado, mesmo que baseada em Mapas de Bordo e de produção.

20. OUTROS TEMAS DE ORDENAMENTO DA PESCA DE ATUNS E AFINS

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) introduziu a discussão sobre dois temas principais da agenda: a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para revisar a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 7, de 2014, conforme solicitado pela ABIPESCA, e a necessidade de planejar ações para lidar com conflitos relacionados à chegada de empreendimentos e estudos sísmicos, conforme proposto pelo SINDIPI. Ele convidou os membros dessas entidades a explanarem suas perspectivas para iniciar a discussão.

Com a palavra, a Sra. Laís (ABIPESCA) abordou a necessidade de revisão da Instrução Normativa MPA/MMA nº 7, de 2014, que regula o espinhel de superfície e inclui medidas de mitigação da captura de aves marinhas. Destacou que as regras atuais precisam



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

ser atualizadas para refletir as mudanças no uso dos petrechos ao longo do tempo, como a utilização do *Light-stick* atrativos mais adequados ao recurso. A proposta visa evitar problemas de fiscalização relacionados a petrechos considerados irregulares, mantendo a proteção das aves marinhas.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) relatou que abordou o Projeto Albatroz, salientando que as normas atuais não atendem às necessidades da pesca oceânica. Ele explicou que, desde 2014, a frota passou a usar o *light stick*, mais pesado, fabricado na China ou Coreia e utilizado por embarcações estrangeiras. Esse novo equipamento, pesando entre 150 e 200 g, substituiu o antigo de 20 g, causando uma modificação significativa nos petrechos. Por isso, as normas, particularmente as medidas de mitigação como o *toriline*, precisam ser revisadas para refletir essas mudanças. Ele também destacou a questão do PREPS, que exige emissão de sinal a cada 20 minutos, uma medida inicialmente resistida pela frota devido à falta de equipamentos adequados para fiscalizar de forma contínua.

Então, o Sr. Giovani (ABIPESCA) propôs a criação de um grupo de trabalho para revisar a norma, incluindo a possibilidade de instalar um dispositivo no guincho para facilitar a comprovação do início das operações de pesca, tornando a fiscalização mais clara e eficiente. Enfatizou que a intenção não é remover as medidas mitigadoras, mas sim aperfeiçoá-las para garantir transparência e eficiência, mencionou que toda a frota de Santa Catarina foi multada com base em análises de rastreador que não refletem a realidade, reforçando a necessidade de revisão das normas.

A Sra. Luana (SINDIPI) complementou a fala do Sr. Giovani (ABIPESCA) destacando que a alteração no peso do *light stick*, que afunda mais rápido, precisa ser revista. Ela sugeriu que sejam realizados testes para determinar o peso ideal. A Sra. Luana (SINDIPI) também levantou a questão da largada noturna, observando que, durante o verão, a incidência de albatrozes e petréis é menor na região sul, logo propôs que a norma considere um horário fixo para a largada, trazendo mais segurança e aproveitando a menor incidência dessas aves, evitando que a largada ocorra tão tarde.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) concordou que o entardecer e anoitecer na região leste ocorrem mais cedo, impactando a aplicação das regras de largada noturna. Logo, sugeriu a análise técnica dos dados da Marinha quanto ao crepúsculo deve ser da região de pesca para assegurar que a fiscalização ocorra de maneira correta, evitando insegurança jurídica. Para tanto, o Sr. Giovani (ABIPESCA) propôs o uso de câmeras a bordo ou dispositivos no guincho para registrar o momento exato da largada, relatando que 35 barcos em Santa Catarina foram multados, totalizando 45 milhões de reais. Por fim, pediu uma solução que garantisse transparência e segurança jurídica, evitando problemas como os enfrentados no passado com a mídia internacional.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) destacou que participou da criação da norma, que depois foi deixada de lado, mas agora está sendo revisitada, e que para tal revisão, é necessário um documento claro explicando as mudanças propostas. Antônio (MMA) mencionou que algumas partes ele entendeu, mas precisa de informações mais detalhadas para avaliar o que precisa ser alterado. Além disso, ressaltou a importância de considerar pesquisas feitas no Brasil e em outros países sobre a questão das aves marinhas e o uso de petrechos. Quanto ao PREPS de 20 em 20 minutos, relatou que seria para o melhor acompanhamento e compreensão dos padrões. Em relação à largada noturna, afirmou que originalmente foi sugerido usar o almanaque marítimo da Marinha como base e não compreendeu a atual objeção a essa prática.

A Sra. Luana (SINDIPI) destacou que, de acordo com o almanaque, o horário de crepúsculo varia diariamente, causando insegurança para os armadores. Ela sugeriu a fixação de um horário específico para a largada, como exemplo, às 17 ou 18 horas, para trazer mais segurança e previsibilidade.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) explicou que durante o horário de verão, o crepúsculo pode se estender até 21h30, o que é muito tarde, e relatou que o pessoal do projeto Albatroz concorda plenamente com a necessidade de um horário fixo. O Sr. Giovani (ABIPESCA) sugeriu fixar um horário para a largada, como às 18h, que seria adequado



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

durante todo o ano, cobrindo tanto o verão quanto o inverno, quando o crepúsculo ocorre até às 17h, assim, as operações poderiam ser realizadas de maneira tranquila e previsível.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) pediu que essa demanda fosse encaminhada ao MMA e sugeriu que, em vez de criar um novo Grupo de Trabalho (GT), o fórum existente poderia ser utilizado para discutir as questões levantadas. Então, propôs realizar uma reunião extraordinária ou consultas entre os membros para discutir as questões e, posteriormente, trazer uma proposta para debate.

A Sra. Mônica Bricks (ICMBio) questionou o motivo pelo qual estão usando um *light stick* que não está previsto na Instrução Normativa MMA nº 7, de 14, e que possui mais peso. Ela esclareceu que ter mais peso não é um problema e perguntou se a intenção é diminuir o peso, destacando que aumentar o peso não seria um problema. A Sra. Mônica (ICMBio) reforçou que não é uma mudança no peso que está sendo solicitada, mas que era importante entender o pedido.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) explicou que a solicitação é para que a atualização da norma contemple as mudanças ocorridas no setor nos últimos 10 anos, pois os *light sticks* atualmente utilizados pesam entre 150 e 250 gramas e que, devido ao maior peso, afundam mais rapidamente, o que é uma medida mitigadora positiva para as aves marinhas. Destacou que no verão não há captura incidental de aves devido à migração dessas aves e, portanto, o uso de medidas mitigadoras nesse período não seria necessário. O Sr. Giovani (ABIPESCA) afirmou que o setor está sendo penalizado por uma norma desatualizada.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) concordou que o assunto é pertinente, mas foi mal apresentado, logo sugeriu que seja trabalhado um documento mais detalhado, anexando um parecer da Dra. Tatiana, que teria influência positiva junto ao MMA. O Sr. Cadu (CONEPE) se ofereceu para ajudar na redação e na interlocução para melhorar a apresentação da questão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Ulysses Raposo (APEDI) ressaltou a importância do tema para pescadores de todo o Brasil, especialmente os de Itaipava e do Rio Grande do Norte, destacando que a insegurança jurídica é o maior problema da pesca atualmente. Ele agradeceu ao representante do MMA pela abertura para discutir mudanças, enfatizando que isso motiva os pescadores e mostra que há soluções possíveis. Também expressou preocupação com multas excessivas, mencionando casos de embarcações com multas de até R\$ 2.000.000,00, tornando a situação insustentável. O Sr. Ulysses (APEDI) reforçou a necessidade urgente de revisar a norma sobre a largada noturna, que prejudica tanto aves quanto pescadores. Por fim, pediu que fosse estabelecida uma data específica para avançar nas discussões e evitar prolongamentos que prejudicam o setor pesqueiro, solicitando que a reunião terminasse com uma data marcada para a próxima discussão.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) explicou que de acordo com o rito da reunião, as recomendações são trabalhadas de maneira estruturada. Afirmou que entendeu a necessidade de revisar o normativo, mas ressaltou que é necessário que os membros do CPG enviem um documento mais robusto para proceder com a revisão, lembrando que existe um fluxo específico para tratar dessas questões.

O Sr. Igor de Brito (IBAMA) destacou que a demanda discutida é estritamente técnica, devendo confrontar a proposta do setor com a viabilidade de conservação, objetivo da norma. Assim, ratificou a sugestão do Sr. Antônio (MMA) de que o setor apresente uma proposta fundamentada e técnica, que deve ser analisada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e discutida com membros do plano de ação ou a equipe técnica adequada. Após, a resposta deve ser técnica e objetiva, indicando a viabilidade ou não da proposta, com justificativas claras. Ainda, mencionou que as ações propostas no plano de ação incluem a avaliação das medidas mitigadoras vigentes e que isso pode ser demandado. Em relação ao uso do *light stick*, O Sr. Igor (IBAMA) afirmou que, pelo que foi colocado, não há infração ou irregularidade, desde que não haja alteração da chumbada ou do anzol, e que isso não apresenta problemas para fins de fiscalização. Sobre as falas genéricas do colega da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

APEDI, ele disse que não pode se manifestar por falta de especificidade, com exceção do que foi explicitado pela Sra. Cláudia (IBAMA).

Em seguida, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, Coordenador do CPG Atuns e Afins, destacou a importância de um documento que contemple o suporte do projeto Albatroz e uma análise do GTC do CPG. Diante disso, introduziu o último assunto da pauta relacionado às demandas de ordenamento, especificamente a necessidade de aprimorar os protocolos de interação entre as atividades de offshore e a atividade pesqueira da frota atuneira nos estudos de impacto ambiental.

A Sra. Luana (SINDIPI) abordou o conflito entre a atividade pesqueira de espinhel e a atividade sísmica, ressaltando a necessidade de avaliar os impactos dessa atividade na pesca e sugerindo a implementação de protocolos e compensações adequadas. A Sra. Luana (SINDIPI) destacou que a atividade sísmica, classificada como classe 3 e realizada acima de 200 metros, atualmente requer apenas comunicação social após a delimitação da área, sem passar por audiência pública. Contudo, expressou preocupação com o impacto na pesca de recursos importantes como a Meca, especialmente em áreas que estão em processo de licenciamento ou pré-licenciadas. Por isso, enfatizou a importância de incorporar a pesca nos estudos de impacto ambiental para garantir uma abordagem mais abrangente e inclusiva, não apenas para obter licenças, mas também para mitigar problemas sociais associados.

A Sra. Laís (ABIPESCA) destacou a preocupação com a pesquisa de prospecção sísmica na bacia sedimentar de Pelotas, que antecede atividades de perfuração e extração de petróleo e gás. Pois, afirmou que esses empreendimentos estão sendo desenvolvidos sem considerar adequadamente os impactos na atividade pesqueira, citando relatórios de impacto que não contemplaram essa preocupação. A Sra. Laís (ABIPESCA) ressaltou a necessidade urgente de envolver o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para discutir os impactos na pesca durante o processo de licenciamento, relatando



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

que a atividade atual já está afetando a safra de Meca e alertou para os impactos futuros, decorrentes do cronograma de atividades planejadas a médio e longo prazo na região.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) também expressou preocupações sérias sobre a prospecção sísmica na região, visto que o estudo de impacto ambiental e outros licenciamentos não consideraram adequadamente a pesca. Além disso, relatou falhas na comunicação prévia da atividade sísmica, resultando em impactos significativos na safra de espadarte e mortes de animais marinhos, incluindo tartarugas e golfinhos. Também criticou a falta de uso adequado de observadores de bordo e a negligência em relação ao PMAP da UNIVALI, que mapeia as áreas de pesca há anos. O Sr. Giovani (ABIPESCA) enfatizou a necessidade urgente de medidas para mitigar esses impactos e solicitou uma resposta mais eficaz das autoridades de licenciamento ambiental.

O Sr. José Vicente (IBAMA) afirmou que o processo de licenciamento envolve múltiplos ministérios e demanda uma coordenação complexa, reconheceu as falhas de comunicação e os prejuízos sociais resultantes, enfatizando a necessidade de aprimorar os procedimentos para minimizar os impactos ambientais e sociais. Ainda, mencionou a dificuldade de gerir esses processos devido às diversas áreas de interesse e responsabilidades envolvidas. Desta forma, propôs a inclusão de representantes de diferentes setores nas próximas discussões para encontrar soluções mais abrangentes e eficazes, dado o escopo limitado de atuação do IBAMA nessas questões.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins), perguntou ao Sr. José Vicente (IBAMA) se existe um fluxo correto para tratar essa demanda.

O Sr. José Vicente (IBAMA) mencionou que a diretoria responsável pelo licenciamento no IBAMA, sediada em Brasília, centraliza todos os processos de licenciamento, incluindo os relacionados ao petróleo e gás que são fisicamente operados no Rio de Janeiro. Portanto, sugeriu encaminhar as demandas do CPG para essa diretoria, garantindo que os impactos locais, como os do Rio Grande do Sul, sejam adequadamente considerados. Também recomendou que os diversos atores envolvidos, incluindo a Casa



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Civil e o Ministério de Minas e Energia, sejam envolvidos numa próxima reunião para discussão desses temas.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) destacou a importância da documentação e encaminhamento correto das questões relacionadas ao licenciamento ambiental, uma vez que tais processos seguem protocolos específicos, similares aos discutidos anteriormente, e sugeriu que as documentações pertinentes fossem encaminhadas à presidência do IBAMA ou ao Ministério do Meio Ambiente para consideração adequada. O Sr. Gallucci (MMA) enfatizou a existência de um grupo de trabalho dedicado a essas questões e mencionou a avaliação detalhada de impactos ambientais em empreendimentos de exploração de petróleo e gás como exemplo de processo a ser seguido.

O Sr. Bailon () também expressou preocupação com os impactos da prospecção sísmica na atividade pesqueira, destacando que esta questão não se limita ao caso atualmente em discussão no litoral sul do Brasil. Mencionou que há uma resolução do CONAMA que isenta a consideração da pesca além dos 200 metros nos projetos de licenciamento, o que, na visão dele, representa um risco significativo, especialmente diante da iminência de novos empreendimentos petrolíferos na região da bacia de Pelotas. Argumentou sobre a necessidade urgente de estabelecer uma metodologia que contemple adequadamente os impactos socioeconômicos da atividade sísmica nos novos licenciamentos ambientais, instando os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério da Pesca e Aquicultura, juntamente com o IBAMA, a considerarem essa situação.

Após, o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador do CPG Atuns e Afins) encerrou o período da manhã.

PERÍODO VESPERTINO

21. RECOMENDAÇÕES



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, ressaltou a importância de retomar os pontos discutidos ao longo da reunião para avançar nas recomendações formuladas. Para tanto, a Secretaria Executiva já elaborou uma pré-construção das recomendações com base nos temas abordados nos dois dias de discussão e solicitou a atenção de todos os membros presentes para revisar e, se necessário, ajustar as recomendações de forma consensual, conforme previsto no regimento da Rede Pesca Brasil.

As Sras. Laís (ABIPESCA) e Luana (SINDIPI) levantaram uma questão sobre a agenda da reunião, questionando se haveria uma apresentação dos dados do ano passado pela SERMOP, especialmente os dados do Mapa de Bordo e as capturas da Albacora Bandolim que ainda não foram atualizados no Painel, destacando a importância de receber essas informações para dar continuidade às discussões e recomendações em andamento.

O coordenador, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que ainda não há disponibilidade dos dados atualizados da captura de albacora bandolim, mas os dados apresentados na reunião extraordinária anterior indicavam um excedente de 80 toneladas. Afirmou que a atualização oficial desses dados está prevista para ser enviada à ICCAT até o dia 31 de julho, e eles aguardam essa data para compartilhar as informações.

O Sr. Paulo Travassos (GTC Atuns e Afins) informou que, até o momento, as capturas de Albacora Bandolim em 2023 excedem em 83 toneladas o limite de captura 5441 toneladas. Contudo, recebeu informações do Sr. Rodrigo Sant'Ana, correspondente estatístico na ICCAT, indicando que foram recebidos cerca de 500 mapas de bordo adicionais de 2023 desde o início de abril, que estão em fase de análise para uma nova estimativa de declaração de captura. Ainda, o Sr. Paulo (GTC Atuns e Afins) acrescentou que as capturas para o primeiro trimestre de 2024, até o momento, totalizam aproximadamente 1.000 toneladas de Albacora Bandolim.

A Sra. Elielma Borcem (MPA) destacou que durante a discussão foi solicitado o percentual de cobertura de recebimento de mapas de bordo por modalidade. Afirmou que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

o Sr. Paulo (GTC Atuns e Afins) trouxe os dados mais atualizados e trabalhados até o momento, embora sejam parciais e, em seguida, apresentou a tabela solicitada.

22. RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
---------------------	---	------------------------------------



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 1/2024: Avançar em uma proposta de monitoramento eletrônico da pesca, com setor pesqueiro, MPA, MMA, ICMBio, considerando as discussões na ICCAT e a experiência do Projeto Parceiros	MPA, MMA e ICMBio	2º Semestre de 2024
REC 2/2024: Revisar a Instrução Normativa MPA nº 5, de 18 de junho de 2013, considerando, também, o art. 1º da Instrução Normativa SEAP/PR nº 7, de 28 de junho de 2004	MPA	2º Semestre de 2024
REC 3/2024: Apresentar o resultado das operações de fiscalização da pesca de atuns e afins em 2023	IBAMA	Próxima reunião ordinária do CPG Atuns e Afins
REC 4/2024: Avaliar a possibilidade de inserção do MPA e do MMA como autoridade administrativa e/ou científica no âmbito do Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000 (CITES), considerando a gestão compartilhada (MPA/MMA)	MPA e MMA	2º Semestre de 2024
REC 5/2024: Avaliar a possibilidade de agrupar as modalidades de permissionamento 1.1 e 1.2 da INI MPA/MMA nº 10, de 2011	MPA e MMA	2º Semestre de 2024
REC 6/2024: Avaliar a possibilidade de incluir o tubarão-azul e o peixe-prego como espécies-alvo das modalidades de permissionamento 1.1 e 1.2	MPA e MMA	2º Semestre de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

da INI MPA/MMA nº 10, de 2011, com base em todas as discussões ocorridas e pontos considerados		
REC 7/2024: Apresentar a demanda da modalidade de permissionamento 1.3 da INI MPA/MMA nº 10, de 2011, em relação à área de operação	SEAG-ES	Próxima reunião ordinária do CPG Atuns e Afins
REC 8/2024: Elaboração de Plano de Recuperação para o tubarão-anequim, incluindo diretrizes, medidas para monitoramento, controle de captura e recuperação da espécie, considerando recomendações da ICCAT	MPA e MMA	2º Semestre de 2024
REC 9/2024: Publicar ato normativo de ordenamento, controle, monitoramento e fiscalização da pesca do tubarão-azul	MPA e MMA	Agosto de 2024
REC 10/2024: Avaliar a possibilidade de priorizar a vistoria para recadastro das embarcações das modalidades atuneiras (1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.12; 1.13;1.17;1.18; 4.3; 4.6 da INI MPA/MMA nº 10/2011)	MPA	2º Semestre de 2024
REC 11/2024: Elaborar documento com a proposta de revisão da INI MPA/MMA nº 7, de 30 de outubro de 2014, com subsídios técnicos, para avaliação do GTC	Membros do CPG	2º Semestre de 2024
REC 12/2024: Revisar a modalidade de	MPA e MMA	Setembro de 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

permissionamento 1.12 da INI MPA/MMA nº 10, de 2011		
REC 13/2024: Estabelecer critérios para converter embarcações de pesca da modalidade de permissionamento 1.12 da INI MPA/MMA nº 10, de 2011, para a modalidade de permissionamento 1.17	MPA	Setembro de 2024
23. DEFINIÇÃO DATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG ATUNS E AFINS <p>O Coordenador do CPG, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, informou que a 5ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins será agendada para depois da reunião do ICCAT, em local a definir. Além disso, que a reunião extraordinária poderá ser marcada a qualquer momento, e será realizada provavelmente no mês de janeiro.</p> <p>ENCERRAMENTO</p> <p>O Coordenador do CPG, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, agradeceu a presença de todos, destacando a importância do debate, e em seguida, declarou encerrada a 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins), desejando boa noite aos participantes.</p>		